

2015



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

NOTA INTRODUTÓRIA | AUTOAVALIAÇÃO | EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES |  
RECURSOS | PERSPETIVA DE GÉNERO | MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | ANEXOS

DESPACHO INTERNO N. 273/16/MF

Homologo a atividade  
mensal final "Bom".

Mário Centeno

3.5.2016

Mário Centeno  
Ministro das Finanças

GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

15 DE ABRIL DE 2016



#### **Ficha Técnica**

---

##### **Título**

Relatório de Atividades do GPEARi - 2015

##### **Data de finalização**

15 de abril de 2016

##### **Endereço**

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Avenida Infante D. Henrique nº1 C – 1º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 218 823 396

Fax: +351 218 823 399

URL: <http://www.gpearl.min-financas.pt>

---

## ÍNDICE

<b>MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL .....</b>	<b>7</b>
<b>I. O GPEARI .....</b>	<b>11</b>
<b>II. AUTOAVALIAÇÃO .....</b>	<b>15</b>
II.1. QUAR 2015 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS .....	15
II.2. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2015 .....	34
II.3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO .....	35
II.4. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO .....	36
II.5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO .....	37
II.6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015, POR UNIDADE ORGÂNICA .....	38
DAEFP   DEPARTAMENTO DE ANÁLISE ECONÓMICA E FINANÇAS PÚBLICAS .....	39
DMSC   DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E CONTENCIOSO .....	45
DPE   DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EUROPEIA .....	50
DCI   DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES .....	54
DPG   DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO .....	58
II.7. RECURSOS HUMANOS .....	63
II.8. RECURSOS FINANCEIROS .....	65
II.9. MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO .....	68
<b>III. PERSPETIVA DE GÉNERO .....</b>	<b>69</b>
<b>IV. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>71</b>
A1. LISTA DE ACRÓNIMOS .....	72
A2. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO .....	72
A3. QUADRO SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL .....	75
A4. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2015 .....	76

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. TAXA DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS INTEGRADOS DE COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA .....	23
QUADRO 2. N.º DE PUBLICAÇÕES E RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS .....	27
QUADRO 3. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ANÁLISE ECONÓMICA E FINANÇAS PÚBLICAS .....	39
QUADRO 4. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E CONTENCIOSO.....	45
QUADRO 5. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICA ECONÓMICA.....	50
QUADRO 6. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES .....	54
QUADRO 7. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO .....	58
QUADRO 8. MAPA DE PESSOAL PARA 2015 – LUGARES PREVISTOS E OCUPADOS .....	63
QUADRO 9. RECURSOS FINANCEIROS EM 2015 .....	65
QUADRO 10. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI .....	67

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. ESTRUTURA ORGÂNICA DO GPEARI EM 2015 .....	14
FIGURA 2. QUAR 2015 .....	16
FIGURA 3. OBJETIVOS, INDICADORES E TAXA DE EXECUÇÃO DO PA.....	38

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. TAXAS DE REALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS E OBJETIVOS DO QUAR 2015 .....	15
GRÁFICO 2. NÚMERO DE AÇÕES E DE PARTICIPAÇÕES POR TEMÁTICA.....	29
GRÁFICO 3. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS GABINETES DO MF .....	30
GRÁFICO 4. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS UTILIZADORES.....	31
GRÁFICO 5. COMPARAÇÃO DO GPEARI COM OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS .....	32
GRÁFICO 6. IMPACTO DO SERVIÇO/INFORMAÇÃO PRESTADA PELO GPEARI NO TRABALHO DOS OUTROS ORGANISMOS .....	33
GRÁFICO 7. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS COLABORADORES .....	36
GRÁFICO 8. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI – FUNCIONAMENTO GERAL POR RUBRICAS .....	66
GRÁFICO 9. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI – FUNCIONAMENTO COOPERAÇÃO POR RUBRICAS .....	66
GRÁFICO 10. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRIGIDO E EXECUTADO DO GPEARI.....	67

## MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

A atividade do GPEARi, em 2015, foi marcada pelo contexto económico do país e da União Europeia, que se traduziu em exigências acrescidas em termos das solicitações que lhe foram dirigidas. Neste contexto, o GPEARi foi objeto de uma alteração de orgânica em 2015, a qual envolveu um aumento das competências que lhe são cometidas e exigiu um processo de reorganização interna. Assim, por um lado, deu-se continuidade a um processo de recrutamento de técnicos superiores que já se encontrava em curso e, reforçaram-se também os recursos humanos através de mobilidade interna e acordos de cedência, por forma a melhor capacitar o GPEARi às novas exigências, associadas à revisão orgânica e à valorização da carreira técnica superior.

Importa salientar que 2015 foi um ano em que Portugal se encontrou num período de acompanhamento pós-programa, por um lado, e de plena normalidade no quadro dos mecanismos de coordenação da governação económica da União Europeia (Semestre Europeu), por outro.

Em termos dos processos regulares de supervisão orçamental e multilateral da União Europeia, há a destacar que Portugal participou pela primeira vez num ciclo completo do Semestre Europeu, na sequência da saída do Programa de Assistência Económica e Financeira em Maio de 2014. Em termos nacionais, o ano de 2015 foi marcado pelo reforço das atribuições do GPEARi, o qual passou a assumir, neste âmbito, a responsabilidade de coordenar a elaboração do Programa Nacional de Reformas de Portugal. Este documento foi apresentado à Comissão Europeia no final de abril de 2015 juntamente com o Programa de Estabilidade.

No âmbito da prestação de apoio à condução da política económica, em 2015, o GPEARi manteve o seu empenho no acompanhamento da evolução e previsão dos agregados macroeconómicos e na monitorização da política orçamental. No final de 2015, foram também iniciados no GPEARi os trabalhos de preparação do Orçamento do Estado para 2016, que exigiram esforços e polivalências acrescidas, dado o período reduzido para a sua conclusão.

No que se refere ao reforço da integração europeia, há a destacar a apresentação do relatório dos cinco Presidentes, o qual tem por objetivo o reforço da integração nas áreas económica, financeira, orçamental e política, tendo-se seguido propostas concretas por parte da Comissão Europeia. O GPEARi participou nos debates sobre esta matéria, os quais deverão prosseguir no ano corrente.

O GPEARI participou ainda no encontro da OCDE sobre a Produtividade (*Global Dialogue on the future of Productivity: Towards an OECD network*) realizado na Cidade do México, em julho de 2015, tendo proposto e assegurado nessa altura a realização da primeira Conferência anual do *Fórum Global para a Produtividade*, em Lisboa, em julho de 2016.

Em termos de integração financeira, os desenvolvimentos mais emblemáticos foram o arranque do projeto da União dos Mercados de Capitais, visando ultrapassar os constrangimentos ao financiamento da economia real pelo setor bancário, e as propostas da Comissão Europeia para completar a União Bancária. É igualmente de destacar a importância que os atos delegados têm vindo a ganhar. Com efeito, no contexto da reforma da legislação do setor financeiro efetuada nos últimos anos foram conferidos numerosos mandatos à Comissão Europeia e às Autoridades Europeias de Supervisão, que têm vindo a ser discutidos.

Neste enquadramento, continuaram a ganhar importância os trabalhos de transposição para o ordenamento jurídico nacional dos diplomas legislativos aprovados a nível da UE, tendência que se deverá manter nos próximos anos. Com efeito, em 2015, assumiram particular relevância os trabalhos na área seguradora (Solvência II), prevendo-se que, em 2016, os trabalhos sejam dominados pela transposição e implementação de diplomas da área dos valores mobiliários (Diretiva e Regulamento relativos aos mercados e instrumentos financeiros, por exemplo), dos fundos de investimento (Revisão da Diretiva relativa aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários) e da proteção do consumidor (Diretiva relativa às contas de pagamentos, por exemplo).

Ao nível da cooperação e relações internacionais, é importante destacar o dinamismo da participação do GPEARI, quer na defesa dos interesses nacionais na governação das instituições financeiras internacionais (IFI) e na promoção da internacionalização e do financiamento da economia portuguesa por aquela via, quer ao nível das relações bilaterais com os principais parceiros da cooperação portuguesa.

Na componente multilateral, é de destacar a negociação do acordo constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura com vista a adesão de Portugal a esta nova organização e da constituição, pela primeira vez, de um grupo de voto da área do euro no Conselho de Administração daquela instituição. O GPEARI atuou ainda como facilitador no processo de entrada do Banco de Desenvolvimento da América Latina no capital acionista da Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento.



Em linha de continuidade com o ano anterior, a cooperação entre Portugal e as IFI viu-se reforçada com a assinatura de Memorandos de Entendimento consubstanciados em intensos planos de atividades conjuntos, designadamente com o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD) e com a Sociedade Financeira Internacional (IFC), os quais foram assinados no âmbito das visitas oficiais a Lisboa do Presidente do Banco e do *Chief Executive Officer* da Sociedade.

Portugal e o Banco Europeu de Investimento (BEI) assinaram um Memorando de Entendimento com vista à assinatura de um empréstimo-quadro de EUR 750 milhões para apoiar a execução dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no âmbito do Portugal 2020.

O reforço da cooperação com as IFI manifestou-se ainda num esforço de *business development* mais intenso junto das empresas e investidores nacionais. A este respeito é de realçar a realização de um seminário em Maputo destinado a dar a conhecer às empresas nacionais sedeadas em Moçambique os mecanismos de financiamento das IFI que atuam naquele país.

Na vertente bilateral, e fruto da importância acrescida que o processo de internacionalização da economia portuguesa adquiriu ao longo dos últimos anos, destaca-se o envolvimento ativo na preparação de conteúdos para diversos encontros de alto nível, desde Comissões Mistas e Grupos de Trabalho Bilaterais, bem como de visitas oficiais de Membros do Governo com representantes de países relevantes para a economia nacional, nas mais diversas geografias.

Por outro lado, o reforço da cooperação bilateral materializou-se na participação do GPEARi em missões técnicas, designadamente a Timor-Leste e Moçambique, as quais se destinaram a dar sequência ao Protocolo relativo ao Programa Integrado de Parceria e Assistência Técnica na área das Finanças Públicas com Timor-Leste e ao Memorando de Entendimento relativo ao segundo ciclo do PICATFin com Moçambique, respetivamente, contribuindo para o aprofundamento da cooperação técnica com estes países. O GPEARi coordenou igualmente diversas ações de assistência técnica, na sequência de solicitações, sobretudo, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, procurando manter o dinamismo da cooperação técnica a área das finanças públicas com aqueles países.

Importa igualmente destacar o trabalho desenvolvido no âmbito do acompanhamento e implementação dos Acordos de Cooperação Cambial com Cabo Verde e de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, respetivamente, os quais constituem instrumentos estruturantes ao nível do relacionamento bilateral com os referidos países, contribuindo para a sua estabilização macroeconómica.

Finalmente, e na esfera da CPLP, os trabalhos desenvolvidos ao longo do ano consubstanciaram-se na participação na elaboração do estudo técnico acordado na Reunião de Ministros das Finanças da Comunidade de Díli, o qual promoveu a análise de um leque de mecanismos com vista a ampliar, aprofundar e facilitar a cooperação económica e empresarial no espaço da CPLP.

Na área do planeamento, avaliação e desenvolvimento organizacional importa salientar o esforço associado ao processo reorganizativo e de revisão da orgânica do GPEARi, que exigiu uma dinâmica de constante acomodação da nova estrutura, quer ao nível de recursos humanos, quer ao nível de organização espacial e tecnológica. Foi criada a base para o desenvolvimento, em 2016, do projeto de (re)construção da identidade corporativa do GPEARi, que inclui o desenvolvimento de um novo logótipo e imagem corporativa e de uma nova página web e intranet. A par das dinâmicas de organização interna, continuou-se também a apoiar os serviços do ministério na implementação do SIADAP 1, procurando assegurar a coerência, coordenação e acompanhamento do ciclo de gestão dos serviços e o acompanhamento e dinamização da implementação do Plano para a Igualdade do Ministério das Finanças.

O Diretor-Geral



Álvaro Matias

## I. O GPEARi

### MISSÃO

Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.

### VISÃO

- Ser reconhecido como um ator de referência na criação de conhecimento para suporte à tomada de decisão;
- Servir com inegável competência os interesses do Ministério das Finanças;
- Ser um centro de excelência e de valorização de todos os colaboradores.

### VALORES

- Criatividade e partilha do saber:  
*Promovendo a inovação e a capacidade técnica, criando condições para o sucesso do GPEARi.*
- Excelência e profissionalismo:  
*Adotando uma cultura de autocrítica permanente, premiando e incentivando a competência e as boas práticas.*
- Rigor e Integridade:  
*Garantindo a qualidade e a base científica da informação produzida e divulgada.*
- Responsabilidade e sentido de dever:  
*Definindo como prioridade a promoção da imagem e dos interesses de Portugal.*

## ATRIBUIÇÕES<sup>1</sup>

- Prestar apoio em matéria de definição e estruturação das políticas, prioridades e objetivos do Ministério das Finanças e contribuir para a conceção e execução da política legislativa do Ministério;
- Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental, de reporte e de prestação de contas;
- Analisar o impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;
- Assegurar a elaboração do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano, em articulação com os departamentos competentes dos demais ministérios;
- Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do Ministério;
- Garantir a produção de informação adequada, designadamente estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, nas áreas de intervenção do Ministério;
- Coordenar a atividade do MF no âmbito das relações internacionais e com a União Europeia, nomeadamente assegurando o relacionamento institucional com os países estratégicos para Portugal e com as instituições financeiras europeias e internacionais;
- Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços no âmbito do MF, coordenar e controlar a sua aplicação e exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas na lei sobre esta matéria;
- Proceder ao levantamento de diplomas que incidam sobre matérias da competência do Ministério que careçam de regulamentação;

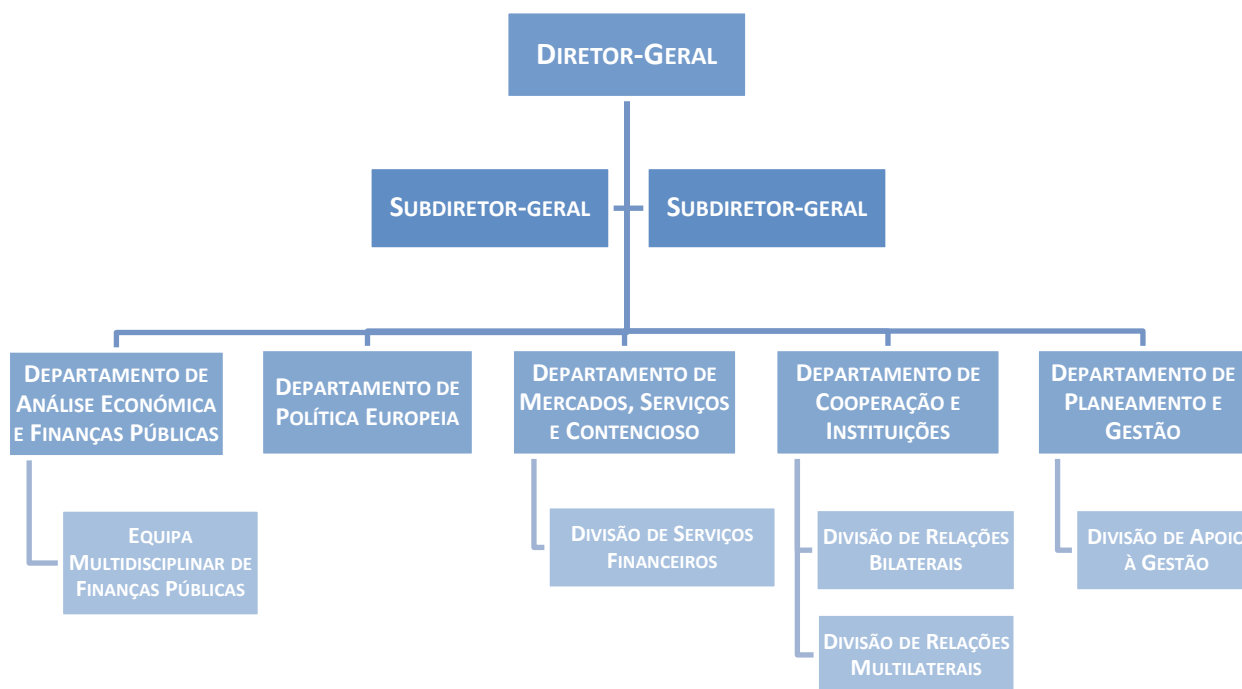
---

<sup>1</sup> Artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 48/2012, de 22 de agosto, em conjugação com o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril.

- Coordenar a preparação de projetos de diplomas legislativos que adequem o direito nacional a instrumentos normativos da União Europeia, em matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF, e submetê-los ao membro do Governo competente;
- Coordenar e assegurar o trabalho técnico necessário para dar cumprimento às obrigações que decorram dos procedimentos de governação económica a nível da União Europeia, em articulação com os ministérios, serviços e organismos envolvidos, em particular no que respeita ao Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas, ao Programa de Estabilidade, à Estratégia Europa 2020, à interação para a preparação e monitorização das recomendações específicas, por país, para Portugal e restantes procedimentos e mecanismos integrados no chamado Semestre Europeu, designadamente ao Esboço do Projeto Orçamental;
- Assegurar e coordenar o processo de avaliação e quantificação do impacto macroeconómico das reformas estruturais decididas pelo Governo, envolvendo, se necessário, recursos externos devidamente habilitados e podendo contratar a prestação de serviços necessários para o efeito, com respeito pelas normas de contratação aplicáveis;
- No contexto do acompanhamento da supervisão pós programa de ajustamento macroeconómico a efetuar pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional, compete ainda ao GPEARi servir como entidade técnica de ligação entre o Governo e os representantes destas instituições, centralizando a comunicação e a partilha de informação dos vários ministérios, serviços e organismos envolvidos e promovendo a cooperação e a comunicação entre eles, no âmbito de medidas transversais.

## ESTRUTURA ORGÂNICA<sup>23</sup>

Figura 1. Estrutura Orgânica do GPEARi em 2015



<sup>2</sup> A estrutura orgânica que se apresenta (Artigo 1º da Portaria n.º 192/2013, de 27 de maio, o Despacho n.º 10011/2013, de 31 de julho, o Despacho n.º 15227/2013, de 12 de novembro, o Despacho n.º 10033/2014, 28 de julho de 2014 e o Despacho n.º 10011/2013, de 2 de julho) serviu de enquadramento à planificação das atividades a desenvolver durante o ano de 2015.

<sup>3</sup> Durante 2015, a estrutura orgânica do GPEARi sofreu alterações, decorrentes das novas atribuições que lhe foram cometidas, de acordo com o Decreto-Regulamentar n.º 48/2012 de 22 de agosto, em conjugação com o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril, a Portaria n.º 207/2015, de 15 de julho, o Despacho n.º 8792/2015, de 10 de agosto, o Despacho n.º 10569/2015, de 23 de setembro, o Despacho n.º 10570/2015, de 23 de setembro e o Despacho n.º 13452/2015, de 23 de novembro.

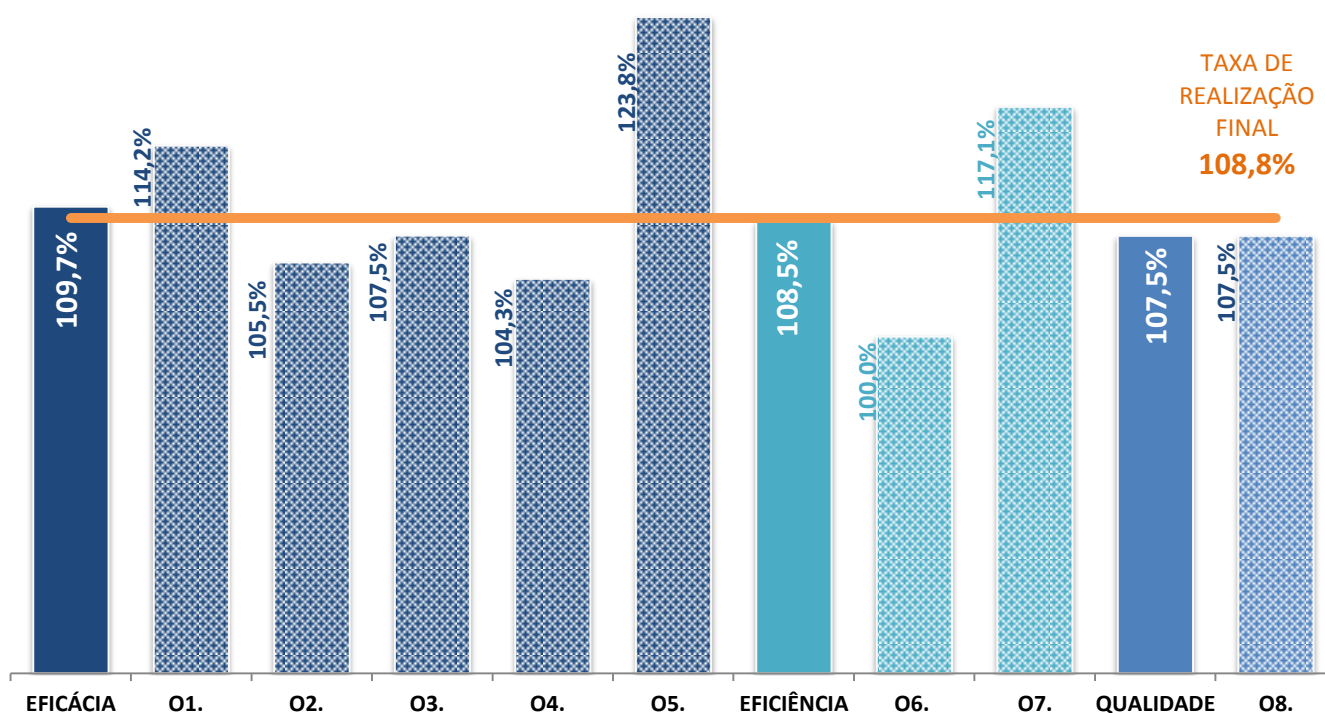
## II. AUTOAVALIAÇÃO

### II.1. QUAR 2015 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS

Tendo por base os objetivos estratégicos que nortearam a atividade do GPEARi em 2015, apresentam-se os resultados alcançados e os desvios verificados, face ao previsto no QUAR.

O GPEARi alcançou um resultado global cerca de 9 p.p. acima do planeado (taxa de realização do QUAR de 108,8%, ligeiramente acima do resultado alcançado em 2014), o que traduz o esforço continuado do Gabinete na prossecução dos objetivos propostos, embora num contexto de grande exigência, designadamente pelas novas atribuições que lhe foram confiadas.

Gráfico 1. Taxas de realização dos parâmetros e objetivos do QUAR 2015



Todos os parâmetros de avaliação do desempenho foram superados, sendo de destacar a Eficácia, com um peso relativo de 50%, que foi superado em cerca de 10 p.p. Os parâmetros da Eficiência e Qualidade, ambos um peso relativo de 25%, obtiveram taxas de realização a rondar os 108%.

Foram superados sete objetivos, entres os quais três são objetivos relevantes (O1,O2 e O8) e atingido um, igualmente relevante (O6).

**Figura 2. QUAR 2015**

QUAR											2015	
Quadro de Avaliação e Responsabilização												
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS												
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais												
MISSÃO: Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.												
Objectivos Estratégicos												
OE 1. Contribuir para o acompanhamento e finalização do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro nas vertentes macroeconómicas e de finanças públicas, mantendo esse acompanhamento na fase pós-Programa												
OE 2. Assegurar a operacionalização dos requisitos decorrentes da nova legislação europeia ao nível da supervisão orçamental, da coordenação das políticas económicas, da governação económica e do processo de criação da União Bancária												
OE 3. Assegurar a coordenação das atividades de cooperação bilateral e multilateral												
OE 4. Assegurar a adequada coordenação dos interesses nacionais em fora internacionais e particularmente europeus												
EFICÁCIA											Ponderação:	50%
O1. Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal											Peso:	25%
INDICADORES	2012	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND 1. Apresentar dois Relatórios Técnicos de reporte das missões (prazo médio em dias, contado a partir do último dia de cada missão semestral)	-	-	50	7	1	4	25%	7	100%	Atingiu		
IND 2. Nº de reuniões organizadas	-	-	-	92	5	150	25%	138	120%	Superou		
IND 3. Nº de reportes à Troika	-	-	-	402	5	550	25%	414	102%	Superou		
IND 4. Nº de documentos técnicos produzidos	-	-	-	92	5	150	25%	173	135%	Superou		
O2. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF											Peso:	25%
INDICADORES	2012	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND 5. Nº de documentos de política económica elaborados	7	7	8	7	2	10	40%	8	100%	Atingiu		
IND 6. Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	n.d.	n.d.	15	15	5	30	30%	26	118%	Superou		
IND 7. Número de reuniões asseguradas	456	540	585	506	45	600	30%	489	100%	Atingiu		
O3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa											Peso:	20%
INDICADORES	2012	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND8. Grau de execução médio dos Programas de Cooperação e Assistência Técnica	77%	93%	100%	90%	5%	100%	30%	100%	125%	Superou		
IND9. Nº de documentos técnicos elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	4	4	6	5	1	10	70%	6	100%	Atingiu		
O4. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, potenciando a participação nas Instituições Financeiras Internacionais											Peso:	20%
INDICADORES	2012	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND10. Nº de iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas no âmbito do mercado das multilaterais	16	9	10	8	2	15	40%	11	111%	Superou		
IND11. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/ missões empresariais às necessidades das empresas nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	-	-	76%	80%	10%	100%	60%	83%	100%	Atingiu		
O5. Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental											Peso:	10%
INDICADORES	2012	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND12. Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	329	343	313	300	10	400	100%	395	124%	Superou		
EFICIÊNCIA											Ponderação:	25%
O6. Assegurar a resposta atempada a solicitações externas											Peso:	50%
INDICADORES	2012	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND13. % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	-	-	97,5%	98%	0,50%	100%	100%	98,1%	100,0%	Atingiu		
O7. Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores											Peso:	50%
INDICADORES	2012	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND14. % de colaboradores que frequentam ações de formação	67%	58%	55%	65%	5%	100%	100%	89%	117%	Superou		
QUALIDADE											Ponderação:	25%
O8. Promover a projeção externa do GPEARi											Peso:	100%
INDICADORES	2012	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND15. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	5	4,28	4,1	3,9	0,3	5	50%	4,40	111%	Superou		
IND16. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,1	4,13	4,0	4,1	0,1	5	50%	4,23	104%	Superou		



Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos						Objectivos mais relevantes (vide Instruções)	
	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos		Classificação	Ponderação	Identificação
<b>EFICÁCIA</b>	<b>50%</b>	<b>54,8%</b>	<b>109,7%</b>	✓	<b>Superou</b>		
O1. Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal	25%	28,5%	114,2%	✓	Superou	12,50%	R
O2. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	25%	26,4%	105,5%	✓	Superou	12,50%	R
O3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	20%	21,5%	107,5%	✓	Superou	10,00%	
O4. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, potenciando a participação nas Instituições Financeiras Internacionais	20%	20,9%	104,3%	✓	Superou	10,00%	
O5. Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	10%	12,4%	123,8%	✓	Superou	5,00%	
<b>EFICIÊNCIA</b>	<b>25%</b>	<b>27,1%</b>	<b>108,5%</b>	✓	<b>Superou</b>		
O6. Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	50%	50,0%	100,0%	✓	Atingiu	12,50%	R
O7. Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	50%	58,5%	117,1%	✓	Superou	12,50%	
<b>QUALIDADE</b>	<b>25%</b>	<b>26,9%</b>	<b>107,5%</b>	✓	<b>Superou</b>		
O8. Promover a projeção externa do GPEAR	100%	107,5%	107%	✓	Superou	25,00%	R
<b>TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL</b>	<b>100%</b>	<b>108,8%</b>	<b>108,8%</b>		<b>Bom</b>	<b>100,00%</b>	

Indicadores	Fonte de Verificação	Justificação do Valor Crítico
ND 1. Apresentar dois Relatórios Técnicos de reporte das missões (prazo médio em dias, contado a partir do último dia de cada missão semestral)	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DAEFP	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de documentos de apoio à decisão política
ND 2. N.º de reuniões organizadas	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DAEFP, DPE, DMSC	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de reuniões no âmbito de um eventual programa de ajustamento cauterar
ND 3. N.º de reportes à Troika	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DAEFP, DPE, DMSC	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de reportes no âmbito de um eventual programa de ajustamento cauterar
ND 4. N.º de documentos técnicos produzidos	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DAEFP, DPE, DMSC	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de documentos no âmbito de um eventual programa de ajustamento cauterar
ND 5. N.º de documentos de política económica elaborados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DAEFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND 6. N.º de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DAEFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND 7. Número de reuniões asseguradas	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DAEFP, DPE, DMSC	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND8. Grau de execução médio dos Programas de Cooperação e Assistência Técnica	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DCI	Grau máximo de execução
ND9. N.º de documentos técnicos elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DCI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND10. N.º de iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas no âmbito do mercado das multilaterais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DCI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND11. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/ missões empresariais às necessidades das empresas nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DCI	Grau máximo de utilidade
ND12. N.º de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DAEFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND13. % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DAEFP, DPE, DMSC, DCI, DPG	Porcentagem máxima de solicitações respondidas.
ND14. % de colaboradores que frequentam ações de formação	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DAEFP, DPE, DMSC, DCI, DPG	Porcentagem máxima de colaboradores.
ND15. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	Relatório de Satisfação	Grau máximo de satisfação
ND16. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] - registos DAEFP, DPE, DMSC, DCI, DPG	Grau máximo de satisfação

Recursos Humanos											
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS		REALIZADOS						DESVIO	Taxa de Execução
		Efetivos	Pontos	30-jun Efetivos	Pontos	30-set Efetivos	Pontos	31-dez Efetivos	Pontos		
Dirigentes - Direção superior	20	3	60	2	40	3	60	3	60	0	100%
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16	18	288	7	112	6	96	12	192	-6	67%
Dirigentes - Direção superior e intermédia em organismos públicos	12	44	528	33	396	33	396	32	384	-12	73%
Coordenador Técnico	9	1	9	1	9	1	9	1	9	0	100%
Técnico de Informática	9	4	36	3	27	3	27	3	27	-1	75%
Assistente Técnico	8	3	24	2	16	3	24	3	24	0	100%
Assistente Operacional	5	0	0	0	0	0	0	1	5	1	-
<b>Total</b>		<b>73</b>	<b>945</b>	<b>48</b>	<b>600</b>	<b>49</b>	<b>612</b>	<b>55</b>	<b>701</b>	<b>-18</b>	<b>75%</b>

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	31-12-2012	31-12-2013	Previsto 31-12-2014	Realizado 31-12-2014	Previsto 31-12-2015	Realizado 30-06-2015	Realizado 30-09-2015	Realizado 31-12-2015	Desvio face a 31-12-2014
	44	40	49	44	73	48	49	55	↑ 10%

Recursos Financeiros								
DESIGNAÇÃO	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO			SALDO	Taxa de Execução	
			30-06-2015	30-09-2015	31-12-2015			
<b>Orçamento de funcionamento</b>	€ 2.991.810,00	€ 2.915.370,00	€ 964.305,80	€ 1.615.046,74	€ 2.364.355,82	€ 551.014,18	81%	
Despesas com Pessoal	€ 2.402.693,00	€ 2.232.793,00	€ 900.812,45	€ 1.395.579,27	€ 1.942.078,86	€ 290.714,14	87%	
Aquisição de Bens e Serviços	€ 509.602,00	€ 578.723,00	€ 61.316,26	€ 196.414,06	€ 366.591,00	€ 212.132,00	63%	
Outras despesas correntes	€ 1.942,00	€ 10.243,00	€ 5,00	€ 5,00	€ 443,21	€ 9.799,79	4%	
Aquisição de bens de capital	€ 77.573,00	€ 93.611,00	€ 2.172,09	€ 23.048,41	€ 55.242,75	€ 38.368,25	59%	
<b>PIDDAC</b>	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	-	
<b>TOTAL</b>	€ 2.991.810,00	€ 2.915.370,00	€ 964.305,80	€ 1.615.046,74	€ 2.364.355,82	€ 551.014,18	81%	

OBJETIVOS DE EFICÁCIA	PLANEADO	EXECUTADO
	50%	54,8% Superou

O1. ASSEGURAR A COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PÓS-PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ECONÓMICO DE PORTUGAL	PLANEADO	EXECUTADO
	25%	28,5% Superou

INDICADORES		2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.	Apresentar dois Relatórios Técnicos de reporte das missões (prazo médio em dias, contado a partir do último dia de cada missão semestral)	-	[6;8]	25%	4	7	100% Atingiu

O GPEARi, após a realização de cada missão de acompanhamento e monitorização do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, elabora um relatório, que sintetiza todos os assuntos tratados durante a missão, o ponto de situação, os pontos pendentes e as matérias críticas.

A 2.ª missão PPS-PPM decorreu entre os dias 4 e 12 de junho de 2015, tendo o relatório sido entregue no prazo previsto.

Não se realizou no ano de 2015 a 3.ª missão PPS-PPM, dada a realização de eleições e a entrada em funções do novo Governo, tendo esta sido adiada para 2016, facto que ditou a inexistência de um segundo relatório como expresso no indicador.

Contudo, Portugal, por se encontrar já precisamente em período de Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, regressou aos mecanismos de acompanhamento e supervisão macroeconómica e orçamental, o designado Semestre Europeu, tendo sido realizada uma *Fact Finding Mission* de 19 a 23 de janeiro, igualmente considerada para o presente efeito e cujo relatório foi entregue no prazo previsto.

INDICADORES	2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2. Número de reuniões asseguradas	-	[87;97]	25%	150	138	120% Superou

Este indicador reflete o número reuniões organizadas no âmbito de missões de acompanhamento e monitorização do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro com as instituições internacionais. Inclui também as reuniões com os ministérios e demais entidades envolvidas nas missões, bem como as reuniões regulares de monitorização dos processos em curso.

Este indicador foi superado, uma vez que o número previsto de reuniões foi ultrapassado atendendo a que se passaram a incluir no âmbito do acompanhamento e monitorização do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro outros exercícios de acompanhamento paralelos, como foi o caso da *Fact Finding Mission* que foi responsável por 25% do total das reuniões realizadas.

INDICADORES	2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 3. Nº de reportes à Troika	-	[397;407]	25%	550	414	102% Superou

O conjunto de reportes regulares de informação às instituições internacionais ultrapassou ligeiramente a meta fixada, resultado de um conjunto de pedidos adicionais de informação, impossíveis de prever. Os reportes acordados nos termos do “*Agreement on Data Provision*” incluem o envio de informação com diferentes periodicidades (semanal, mensal, trimestral e semestral), bem como informação acerca do progresso dos processos em curso.

INDICADORES	2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 4. Número de documentos técnicos produzidos	-	[87;97]	25%	150	173	135% Superou

No que diz respeito ao número de documentos técnicos produzidos, que incluem os reportes de resumo das diversas reuniões com as instituições internacionais e com os diversos ministérios/entidades envolvidos, verificou-se uma superação da meta estabelecida. Este facto ficou a dever-se ao aumento imprevisível das reuniões organizadas e acompanhadas e também ao novo exercício considerado neste âmbito.

02. REFORÇAR O APOIO TÉCNICO À ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E À FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS DO MF						PLANEADO	EXECUTADO
						25%	26,4% Superou
INDICADORES		2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 5.	Número de documentos de política económica elaborados	8	[5;9]	40%	10	8	100% Atingiu

Este indicador traduz a participação do GPEARi em trabalhos de coordenação e participação na elaboração de documentos de política económica, tais como o Programa de Estabilidade, a Conta Geral do Estado (2014), o Programa Nacional de Reformas e um conjunto de outros documentos de política para os quais os gabinetes governamentais solicitam contribuição.

Devido às contingências políticas, os trabalhos de elaboração das Grandes Opções do Plano e do Relatório do Orçamento do Estado para 2016, embora tenham sido iniciados durante o ano de 2015, apenas foram concluídos já em 2016, não contando para o resultado deste indicador. Não obstante esta circunstância atípica, a meta estabelecida para o indicador foi atingida.

INDICADORES		2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 6.	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	15	[10;20]	30%	30	26	118% Superou

No âmbito do reforço do apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF, o GPEARi desenvolveu um conjunto de documentos de política e de apoio à decisão, tendo superado a meta estabelecida.

O resultado alcançado nesta matéria deriva de um esforço adicional, indo bastante além do que vinha a ser a produção habitual nos últimos anos.

Foram realizados trabalhos de análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas e de finanças públicas.

Elaboraram-se *policy papers* sobre várias temáticas, direcionados para os decisores políticos do ministério e também o Balanço da participação de Portugal na UE.

Foi ainda elaborado um conjunto de artigos, sendo de destacar o *Ageing Report*, o *Portuguese Country fiche*, o Rácio Marginal de Alavancagem, um Instrumento de Monitorização, entre outros, publicados na página eletrónica do Gabinete.

INDICADORES		2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 7.	Número de reuniões asseguradas	585	[461;551]	30%	600	489	100% Atingiu

Uma das atividades mais críticas é a representação e/ou preparação de reuniões aos mais diversos níveis e sobre diversas matérias, estando prevista a participação num conjunto alargado de reuniões (entre 461 e 551) durante o ano de 2015.

Ao contrário de anos anteriores, em que, não obstante o esforço de previsão do número de reuniões que o GPEARi participa e/ou prepara, se verificava sistematicamente superações, por vezes excessivas, este ano a meta foi atingida, estando o resultado incluído no intervalo estabelecido.

Importa acrescentar que o GPEARi assistiu a um crescimento exponencial das reuniões nas quais participa ao longo dos últimos anos, em parte devido ao papel de destaque que veio a assumir no âmbito do acompanhamento do PAEF, no entanto, já se previa que no ano de 2015 o número de reuniões estabilizasse. Esta estabilização, que na realidade equivale neste indicador a uma redução, deriva da autonomização da aferição do número de reuniões relacionado com as missões do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (indicador 2, que totalizou 138 reuniões).

Note-se o facto de um número significativo de reuniões, nomeadamente as que são afetas a grupos de trabalho e negociações, entre outras, ser de difícil previsão dado depender da dinâmica dos processos negociais.

Do conjunto total de reuniões nas quais o GPEARi tem a responsabilidade de representação e/ou preparação, estavam previstas cerca de 300 *Reuniões Comunitárias* (incluindo reuniões nacionais de preparação de reuniões comunitárias), valor que foi atingido.

Das *Reuniões Comunitárias* fazem parte os encontros nos seguintes fóruns:

- Conselho ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (titulares e suplentes), Briefings com as Embaixadas dos estados-membros da União Europeia presentes em Lisboa e Conselho Europeu;

- Reuniões bilaterais com a Comissão Europeia no âmbito do Semestre Europeu;
- Grupos de trabalho do CEF-SCMIF, *Task Force on Coordinated Action*;
- Comité de Política Económica e respetivos Grupos de Trabalho (*Ageing Population and Sustainability, Output Gap, LIME, Economic Forecasts*);
- Grupos de Trabalho da União Europeia na área financeira (Comité Serviços Financeiros, Grupo Serviços Financeiros do Conselho, Grupos de peritos da Comissão Europeia, etc.);
- Mecanismo Europeu de Estabilidade e Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira (Conselho de Administração e Conselho de Governadores);
- Banco Europeu de Investimento (Conselho de Administração e Conselho de Governadores);
- Reuniões no âmbito da modernização dos auxílios de Estado.

Nas *Reuniões Internacionais* registou-se um desvio positivo pois estavam previstas cerca de 40 reuniões e o GPEARi participou em mais de 60, nos seguintes âmbitos:

- Reuniões no âmbito do Artigo IV do FMI;
- OCDE (Comité de Política Económica, *Short – Term Economic Prospects*; Comité de Mercados Financeiros, Reunião Ministerial, Global Strategy Group, *Country Review*, Missão técnica no âmbito da elaboração do *Survey* de Portugal e outros Grupos de Trabalho);
- Organização Mundial do Comércio (Comité do Comércio de Serviços Financeiros);
- Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (Conselho de Administração);
- Reuniões com agências de *rating* e com investidores;
- Nações Unidas (defesa do 8º e 9º relatório nacional de implementação da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres).

Relativamente às *Reuniões Nacionais*, que decorrem em Portugal, com a participação de entidades nacionais e internacionais, para 2015 a previsão de realização foi de pouco mais de 100 reuniões, tendo ocorrido mais 50% do que o previsto. As *Reuniões Nacionais* foram as seguintes:

- Reuniões com o Banco de Portugal;
- Conselho Económico e Social;
- INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN e GT C.S. Saúde);
- Reuniões da CIAE a nível técnico e preparação de reuniões da CIAE a nível Político, reuniões da CIPE e reuniões da CNDH;

- Reuniões do Grupo de Trabalho “GAFI” e reuniões do Grupo de Trabalho “Medidas Restritivas”;
- Outras reuniões de coordenação MNE/outros Ministérios setoriais/outras entidades.

O3. PROMOVER UMA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO ESTRUTURANTE NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA						PLANEADO	EXECUTADO
						20%	21,5% Superou
INDICADORES	2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND 8. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	100%	[85%;95%]	30%	100%	100%	125% Superou	

O indicador traduz o nível médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica na área das Finanças Públicas (PICATFin) com os PALOP, o PICAT Aduaneiro (CPLP) e o PICAT IGF (CPLP).

Para 2015, fixou-se como meta o intervalo [85%;95%] e 100% como valor crítico.

No ano em causa, apenas o PICAT Aduaneiro (CPLP) e o PICAT IGF (CPLP) estiveram em execução. A taxa média de execução das ações previstas em ambos os PICAT para 2015 situou-se em 100%, valor ligeiramente acima do intervalo fixado e que resulta da concretização de todas as ações acordadas.

**Quadro 1. Taxa de execução dos programas integrados de cooperação e assistência técnica**

Programas de Cooperação e Assistência Técnica	META	REALIZADO
PICAT Aduaneiro-CPLP	90%	100%
PICAT IGF-CPLP	90%	100%
TOTAL	[85%;95%]	100%

	INDICADORES	2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 9.	N.º de documentos técnicos elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	6	[4;6]	70%	10	6	100% Atingiu

O indicador 9 reflete o número de documentos técnicos elaborados no âmbito dos acordos de cooperação económica e cambial:

- Relatórios Anuais ACC e ACC para instituições europeias (CE, CEF e BCE) - março
- Relatório da Unidade de Acompanhamento Macroeconómico de Cabo Verde - julho e dezembro
- Relatório da Unidade de Acompanhamento Macroeconómico de São Tomé e Príncipe – maio e outubro

04. CONTRIBUIR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS, POTENCIANDO A PARTICIPAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS						PLANEADO	EXECUTADO
						20%	20,9% Superou
	INDICADORES	2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 10.	Nº de iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas no âmbito do mercado das multilaterais financeiras	10	[6;10]	40%	15	11	111% Superou

No âmbito da promoção da internacionalização das empresas portuguesas no mercado das multilaterais financeiras, foi fixado o objetivo de implementar entre 6 a 10 iniciativas ao longo do ano de 2015, incluindo também os seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais organizadas em conjunto com a aicep Portugal global, no âmbito do Grupo de Trabalho existente entre as duas entidades.

No âmbito deste Grupo de Trabalho, o GPEARi e a aicep Portugal Global constituem-se como as entidades operacionais do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras. Nesta qualidade, promovem iniciativas de sensibilização das empresas nacionais para este mercado, disponibilizando informação sobre oportunidades concretas e a forma das empresas abordarem estas instituições.



O ano de 2015 manteve-se como um ano de atividade intensa por parte do Grupo de Trabalho, tendo sido ultrapassado o objetivo inicialmente marcado. Por um lado, foram negociados e assinados Memorandos de Entendimento para a promoção das empresas portuguesas com o Banco Asiático de Desenvolvimento e com a Sociedade Financeira Internacional, do Grupo do Banco Mundial. Por outro lado, relativamente à organização de seminários e sessões de informação sobre os principais bancos de desenvolvimento, foram realizados sete seminários de oportunidades de negócio e de investimento, aos quais acresce em janeiro de 2015 uma sessão de três dias de reuniões bilaterais em Lisboa entre empresas e representantes do departamento de finanças corporativas e estruturadas do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Dos sete seminários de oportunidades de negócio e de investimento, dois tiveram lugar além-fronteiras: um primeiro na sede do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) em Abidjan, na Costa de Marfim, organizado em conjunto com o Banco, e um segundo em Maputo, Moçambique, com a designação “Como investir em Moçambique com o apoio das Instituições Financeiras Internacionais”. Este último constitui-se como a primeira experiência de organização de seminários de oportunidades de negócio no próprio país de operações e de uma forma horizontal a vários bancos multilaterais (divulgou oportunidades de negócio e de investimento em Moçambique do Banco Europeu de Investimento, do Banco Mundial, da Sociedade Financeira Internacional e do BAfD).

Os restantes cinco seminários, organizados em Lisboa, respeitam a oportunidades de negócio junto do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento (em associação com a Associação Empresarial de Portugal), Nações Unidas, Fundo Europeu de Desenvolvimento. Por último, foi realizado em novembro um seminário de capacitação sobre o Guia Prático e de Procedimentos para apresentar propostas em processo de licitação para aquisição de bens, prestação de serviços e execução de obras públicas em concursos da União Europeia.

Destaca-se ainda a realização em dezembro da segunda ação anual de *networking* para promover o intercâmbio e a partilha de experiências entre empresas e *staff* português nas Multilaterais, iniciativa esta já consolidada no calendário regular de atividades do Gabinete.

	INDICADORES	2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 11.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/ missões empresariais às necessidades das empresas nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	76%	[70%;90%]	60%	100%	83%	100% Atingiu

No âmbito do exercício de avaliação de desempenho por parte do Grupo de Trabalho do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras, levou-se a cabo uma consulta alargada com o objetivo de avaliar a utilidade e adequação das iniciativas e seminários às necessidades dos empresários nacionais.

Assim, foi aplicado um inquérito *online* junto das empresas participantes nas diversas iniciativas organizadas pelo Grupo de Trabalho (11 encontros/seminários durante o ano de 2015), tendo-se obtido um grau de utilidade e adequação médio de 83%, ficando dentro do intervalo da meta estabelecida para 2015 - [70%;90%]. Os resultados do inquérito foram complementados por entrevistas a uma amostra selecionada de empresas. Os resultados do exercício de avaliação de desempenho foram instrumentais em informar a definição das prioridades do Plano Estratégico do Mecanismo para o triénio 2015-2017.

O5. GARANTIR A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA MACROFINANCEIRA E ORÇAMENTAL						PLANEADO	EXECUTADO
						10%	12,4% Superou
	INDICADORES	2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 12.	N.º de publicações e relatórios estatísticos	313	[290;310]	100%	400	395	124% Superou

O indicador definido para monitorizar o cumprimento do objetivo de garantir a disponibilização de informação mostra que o desempenho do GPEARi nesta matéria tem vindo a melhorar ao longo dos anos, evoluindo positivamente no número de publicações e relatórios estatísticos produzidos. No ano de 2015 foram disponibilizados mais títulos distintos de documentos do que os inicialmente previstos, levando assim a que o indicador tenha sido superado.

Este indicador engloba os seguintes documentos:

**Quadro 2. N.º de publicações e relatórios estatísticos**

<b>Publicações e relatórios estatísticos</b>	<b>Total</b>
Boletim Mensal da Economia Portuguesa	12
Indicadores de Conjuntura (mensal)	12
Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura	237
Dossier de Indicadores de Conjuntura	11
Dossiers de Finanças Públicas - Portugal e Comparações Internacionais	2
Notas - Comércio Externo	12
Notas - Indicadores Coincidentes	12
Notas - Estimativa Trimestral	6
Notas – Empréstimos e taxas de juro	12
Notas - Preços	12
Nota Económica de Curto Prazo (Flash)	12
Calendário de Publicações	51
Newsletter da área internacional do GPEARI	4
<b>TOTAL</b>	<b>395</b>

## OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

PLANEADO	EXECUTADO
25%	27,1% Superou

### 06. ASSEGURAR A RESPOSTA ATEMPADA A SOLICITAÇÕES EXTERNAS

PLANEADO	EXECUTADO
50%	50% Atingiu

INDICADORES	2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 13. % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	97,5%	[97,5%;98,5%]	100%	100%	98,1%	100% Atingiu

O volume de documentos e solicitações remetidos ao GPEARi exige um apertado controlo dos prazos fixados para garantir a resposta atempada às diversas situações. A par da qualidade técnica das respostas às solicitações, a sua tempestividade é considerada um fator crítico para o desempenho do GPEARi, exigindo um esforço adicional de toda a organização no seu escrupuloso cumprimento.

A percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado encontra-se dentro do intervalo fixado como meta, mostrando uma evolução positiva face ao ano anterior. Num universo de mais de 1200 solicitações, pouco mais de duas dezenas foram respondidas para além do prazo fixado.

### 07. PROMOVER O AUMENTO DAS QUALIFICAÇÕES DOS TRABALHADORES

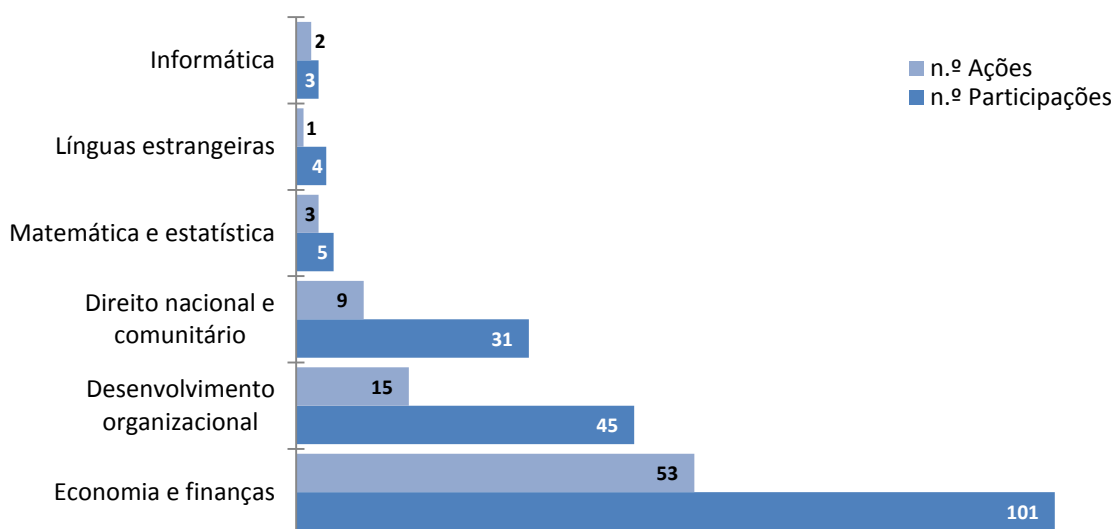
PLANEADO	EXECUTADO
50%	58,5% Superou

INDICADORES	2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 14. % de trabalhadores que frequentam ações de formação	55%	[60%;70%]	100%	90	89%	117% Superou

Um dos valores partilhados pelo GPEARi é a crescente formação dos seus colaboradores, aumentando assim as suas competências, na perspetiva de melhoria da qualidade dos serviços prestados e do desenvolvimento pessoal, alinhando-se num compromisso de se tornar um centro de excelência. Assim, 89% dos colaboradores fizeram formação, nas mais diversificadas áreas, abrangendo não só questões de âmbito mais generalista, mas também matérias altamente específicas e centradas nas necessidades particulares de conhecimento, superando o valor previsto inicialmente.

Foram frequentadas pelos colaboradores do GPEARl um total de 189 participações em ações de formação, distribuídas por diferentes áreas temáticas, destacando-se *Economia e Finanças* com mais de metade das participações (53,4%), seguindo-se a temática de *Desenvolvimento Organizacional* com 23,8% de participações e *Direito Nacional e Comunitário* com 16,4%. A meta relativa a este indicador foi superada. A superação deste indicador deve-se ao facto de terem sido realizadas algumas ações de formação extra-plano e outras que vinham a ser adiadas sucessivamente pela entidade formadora, tendo ocorrido em 2015.

Gráfico 2. Número de ações e de participações por temática



Em síntese:

N.º de ações de formação realizadas	83	Nº de participações	189
-------------------------------------	----	---------------------	-----

## OBJETIVOS DE QUALIDADE

PLANEADO	EXECUTADO
25%	26,9% <b>Superou</b>

## 08. PROMOVER A PROJEÇÃO EXTERNA DO GPEARl

PLANEADO	EXECUTADO
100%	107,5% <b>Superou</b>

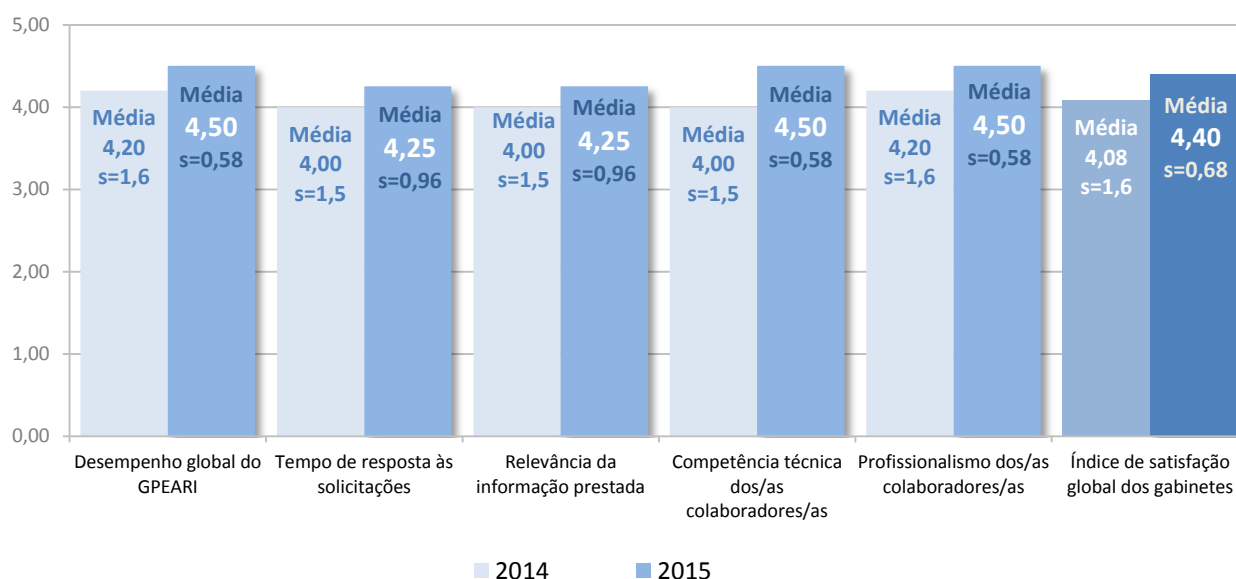
INDICADORES	2014	META 2015	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 15. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	4,1	[3,6;4,2]	50%	5	4,4	111% <b>Superou</b>

Os Gabinetes Ministeriais são os principais clientes dos serviços prestados pelo GPEARI, pelo que a análise do nível de satisfação deste grupo específico de utilizadores se reveste da maior importância para o Gabinete aferir a sua performance e avaliar os seus modos de atuação.

Este indicador reflete o resultado dos questionários de satisfação que foram aplicados aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças. O questionário, constituído por cinco questões avaliadas numa escala de um (Muito Fraco) a cinco (Muito Bom): pretende avaliar as seguintes dimensões: (i) Desempenho global; (ii) Tempo de resposta; (iii) Relevância da informação; (iv) Competência técnica e (v) Profissionalismo.

O questionário, com uma taxa de resposta de 29%, permitiu aferir que o grau de satisfação destes utilizadores foi de 4,4, classificado como Bom, verificando-se uma evolução positiva do nível de satisfação registado no ano anterior, tendo superado a meta estabelecida.

**Gráfico 3. Satisfação média global dos Gabinetes do MF**



INDICADORES		2014	META 2015	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2015	TAXA DE REALIZAÇÃO
<b>IND 16.</b>	<b>Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)</b>	4,04	[4;4,2]	50%	5	4,23	<b>104% Superou</b>

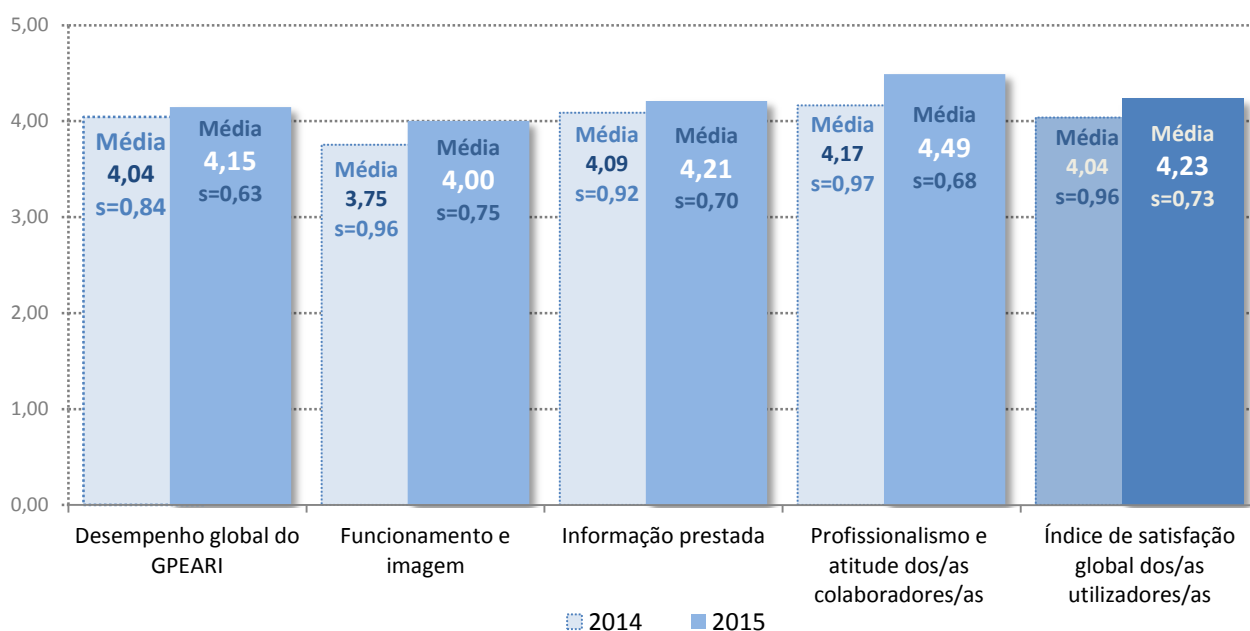
À semelhança de anos anteriores, foi lançado um questionário para aferir a satisfação dos utilizadores relativamente: (i) ao Funcionamento e imagem; (ii) à Informação prestada; (iii) ao Profissionalismo e Atitude dos colaboradores; (iv) e à Avaliação do desempenho global do GPEARI. Estas quatro dimensões traduziram-se num conjunto de 10 questões, avaliadas numa escala de um (Mau) a cinco (Excelente).

Para além da análise à satisfação dos utilizadores relativamente aos aspetos descritos, tentou apurar-se, por um lado a posição relativa do GPEARI face a outros organismos - numa escala de um (Muito Pior) a cinco (Muito Melhor) e por outro lado o impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho da sua organização - numa escala de um (Irrelevante) a cinco (Muito Importante).

A taxa de resposta aos questionários em 2015 foi de 16%, tendo aumentado face a anos anteriores. A satisfação média global dos utilizadores voltou a ultrapassar a fasquia da classificação *Bom*, tendo alcançado um valor de 4,23, superando ligeiramente a meta estabelecida no QUAR [4;4,2]. Este valor resulta da média das quatro dimensões do questionário.

De um modo geral, verificou-se um aumento positivo da satisfação dos utilizadores com os serviços prestados pelo Gabinete, relativamente aos anos anteriores. Os valores médios de satisfação em todos os parâmetros analisados apresentaram valores acima da classificação *Bom*.

**Gráfico 4. Satisfação média global dos Utilizadores**

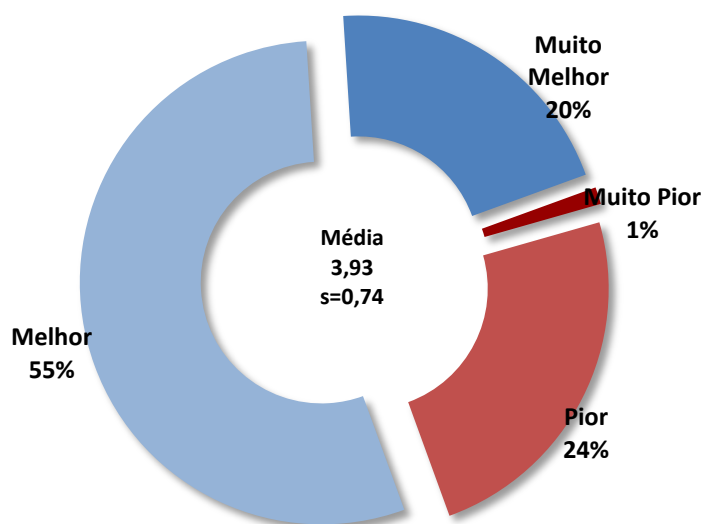


A dimensão relativa ao *Profissionalismo e atitude dos colaboradores* foi a que atingiu um índice de satisfação mais elevado (4,49), seguido da *Informação prestada* com 4,21 pontos de classificação média.

Os itens com grau de satisfação mais elevados foram a *Cortesia dos colaboradores* com 4,60 e a *Competência técnica dos colaboradores* com 4,48. Uma vez mais, o item que colheu menor grau de satisfação foi a de *Melhorias implementadas recentemente na prestação do serviço* com 3,88 pontos.

A comparação da prestação do Gabinete com outros organismos públicos mostrou que 75% dos utilizadores (78% em 2014) considerou *Melhor* ou *Muito Melhor* a atuação do GPEARi face aos demais organismos com que se relacionam.

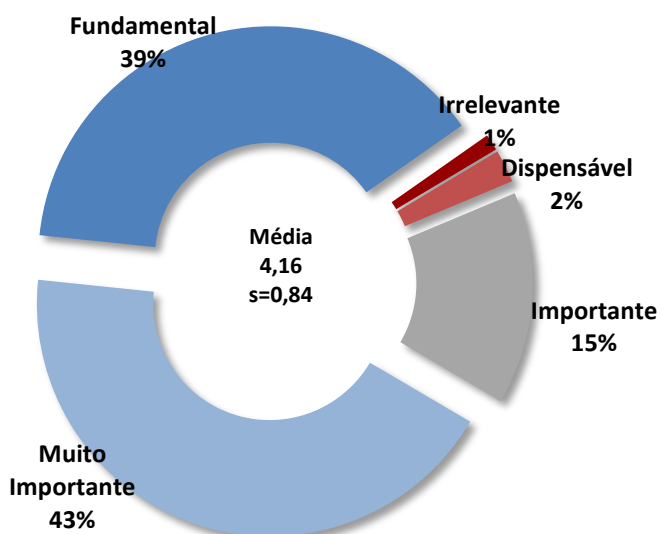
**Gráfico 5. Comparação do GPEARi com outros organismos públicos**



Relativamente ao Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARi, 39% dos utilizadores inquiridos consideram *Fundamental* (33% em 2014) e 43% consideram *Muito Importantes* (37% em 2014) os contributos, serviços e informação prestada pelo GPEARi no desenvolvimento do seu trabalho.



Gráfico 6. Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho dos outros organismos



No questionário lançado este ano, os comentários e sugestões de melhoria identificados pelos utilizadores externos foram pouco representativos, centrando-se essencialmente na necessidade de divulgação das melhorias implementadas e de dinamização das ferramentas informáticas existentes para prestação da informação em tempo real para apoio a reuniões.

## II.2. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2015

Em 2015, a atividade do GPEARI continuou a ser fortemente condicionada pela envolvente económica e financeira nacional e europeia. O processo de acompanhamento e monitorização do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal, acordado entre as autoridades portuguesas, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, bem como de outros mecanismos europeus regulares de supervisão orçamental e multilateral, têm constituído um permanente e exigente desafio ao GPEARI na coordenação da representação portuguesa, em articulação com os diversos gabinetes governamentais, ministérios, serviços e entes públicos.

No plano interno, o processo de reorganização concluído já no final de 2015, exigiu uma constante adaptação à nova realidade, acrescida do esforço de integração de novos recursos humanos e de uma aposta na formação e consolidação de competências de toda a sua estrutura, por forma a garantir o inequívoco cumprimento da sua missão e a prossecução dos valores de excelência e de rigor que constituem um referencial de atuação. Não obstante, persistem dificuldades de recrutamento de recursos humanos dentro da administração pública com especialização nas competências e áreas que estão atribuídas ao GPEARI.

Ao nível da gestão interna do Ministério das Finanças, a centralização na Secretaria-Geral do Ministério das Finanças de serviços comuns nas áreas de recursos humanos, financeiros, logísticos e patrimoniais, processo ambicioso ao nível do Ministério das Finanças, voltou a mostrar-se bastante exigente para o GPEARI, nomeadamente por via de determinadas indefinições que ainda persistem e do elevado número de iterações implicadas.

### II.3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

Pelo quarto ano consecutivo, o GPEARi utilizou a Aplicação para Monitorização dos Instrumentos de Gestão (AMIG) – que continua a facilitar o registo para acompanhamento da atividade desenvolvida pelas unidades orgânicas e também dos objetivos e indicadores definidos em sede de QUAR. Esta ferramenta permite a monitorização periódica do Plano de Atividade e do QUAR nos momentos pré-definidos sem exigir acréscimo de trabalho aos dirigentes e colaboradores, contribuindo para a consolidação da *accountability* da atividade desenvolvida por parte dos dirigentes e dos colaboradores.

Durante o ano de 2015 foram realizadas novas ações de sensibilização e formação com vista a alargar o grau de adesão ao Sistema de Gestão Documental, implementado em 2013, sistema este que veio colmatar uma falha que persistia, relacionada com a gestão documental do arquivo e com a preservação da memória futura do Gabinete.

Foi feito um levantamento de necessidades de formação e aprovado o plano global de formação, agilizando-se internamente o processo de inscrição e participação nas ações de formação previstas, promovendo assim a melhoria das capacidades técnicas dos recursos humanos. No ano de 2015 verificou-se um aumento significativo das ações de formação frequentadas (83), totalizando 189 participações de colaboradores, ou seja, cada colaborador frequentou mais de 3 ações de formação.

Foi dada continuidade ao processo de renovação dos equipamentos informáticos que se encontravam desatualizados.

## II.4. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO

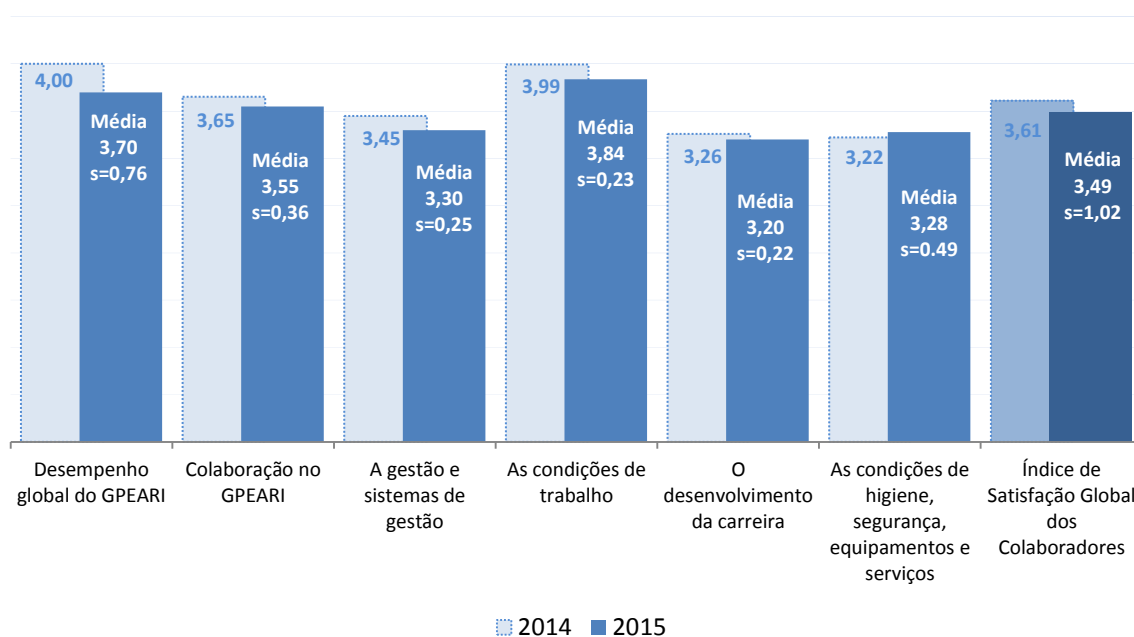
No âmbito da autoavaliação do GPEARi foi lançado, à semelhança de anos anteriores, um questionário para avaliar o grau de satisfação dos colaboradores, que elenca um conjunto de temáticas relativas ao modo como os colaboradores percecionam a organização.

O instrumento de inquirição conta com 28 questões que abrangem cinco dimensões: (i) Colaboração no GPEARi; (ii) A gestão e sistemas de gestão; (iii) As condições de trabalho; (iv) O desenvolvimento da carreira; e, (v) Condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços e uma questão genérica Desempenho global do GPEARi.

A audição foi realizada entre os dias 11 e 23 de fevereiro, tendo sido enviados 52 questionários e submetidas 27 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 51,9%.

A **satisfação média global dos colaboradores do GPEARi incluindo as cinco dimensões estudadas foi de 3,49**, ligeiramente inferior aos valores registados nos anos anteriores (em 2014 foi de 3,61 e em 2013 foi de 3,59), mantendo-se, por isso, um nível de satisfação entre o *Satisfatório* e o *Bom*.

Gráfico 7. Satisfação média global dos Colaboradores



Em 2015, todas as dimensões se situam entre 3,2 e 3,9, não tendo nenhuma atingido o nível de satisfação *bom* (4 de média). A dimensão que obteve melhor pontuação foi a que diz respeito à satisfação com as *Condições de trabalho*, com uma pontuação média de 3,84, ligeiramente inferior à pontuação obtida no ano de 2014, cuja pontuação foi de 3,99. Os fatores associados ao *Desenvolvimento na carreira* são os que apontam para um grau de satisfação menor (3,20, em média em 2015), tendo também registado uma descida face ao ano de 2014 (3,26). Os restantes domínios apontam para índices de satisfação entre o Satisfatório e o Bom.

Os itens com maior satisfação média referem-se à *equipa em que está inserido* e ao *ambiente de trabalho* (com 4,22 e 4,11 pontos de média, respetivamente) e os itens com menor grau de satisfação foram os fatores associados às *condições de higiene e segurança* e a *política de gestão de recursos humanos* (com 2,85 e 2,89 pontos de média, respetivamente), à semelhança do que foi apurado em 2014.

Como fatores de melhoria os colaboradores centraram as suas sugestões (i) na necessidade de maior interação, em ações de coordenação com as chefias e direção para motivar as equipas e transmitir orientações, (ii) na participação na definição dos objetivos estratégicos e operacionais e (iii) voltaram a reforçar a necessidade de melhoria das condições de trabalho, nomeadamente ao nível das instalações decorrentes do aumento de número de colaboradores e consequente utilização das zonas comuns.

## II.5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno encontra-se devidamente caracterizado no anexo A2, encontrando-se cumpridos a generalidade dos itens aplicáveis.

## II.6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015, POR UNIDADE ORGÂNICA

Em paralelo com o desempenho verificado no QUAR, no qual o GPEARl obteve uma taxa de realização de 108,8%, também nas restantes atividades das unidades orgânicas o desempenho foi positivo, tendo sido cumpridos a generalidade dos objetivos preconizados. O Plano de Atividades para 2015 foi executado na sua totalidade, acrescentando ainda um conjunto de atividades extra-plano (cerca de 15%).

Foram definidos para as unidades orgânicas 36 objetivos, que se traduziram em 51 indicadores, dos quais 26 foram superados e os restantes atingidos, não se verificando qualquer indicador não atingido.

Figura 3. Objetivos, indicadores e taxa de execução do PA



De seguida apresenta-se, em detalhe, os objetivos, indicadores e atividades de cada uma das unidades orgânicas, justificando-se os desvios positivos e negativos de cada um dos resultados face ao planeado:

## DAEFP | DEPARTAMENTO DE ANÁLISE ECONÓMICA E FINANÇAS PÚBLICAS

### Quadro 3. Atividades do Departamento de Análise Económica e Finanças Públicas

ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO DAEFP
Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal
Relatório do Orçamento do Estado, Programa de Estabilidade, Grandes Opções do Plano, Plano Nacional de Reformas
Conta Geral do Estado e o Balanço da Participação de Portugal na União Europeia
Conjuntura económica nacional e internacional, Finanças Públicas, Dívida Pública
Missões da Troika (C.E, BCE e FMI), OCDE, Comissão Europeia, FMI
Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: <i>Economic Forecasts, Output Gaps, LIME, Ageing Population and Sustainability</i>
Conselho Superior de Estatística e GT C.S. Saúde

Para o DAEFP foram definidos, para 2015, oito objetivos que se traduziram em treze indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%, executando mais 24,6% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Sete indicadores superados (54%);
- Seis indicadores atingidos (46%)

Na tabela seguinte estão identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as metas, resultados e justificação dos desvios.

Execução das Atividades DAEFP 2015														
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades	
							Res.	Taxa Execução		Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA		Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)
DAEFP.OO.01	Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	25%	DAEFP.ID.01	Apresentar dois Relatórios Técnicos de reporte das missões (prazo médio em dias, contado a partir do último dia de cada missão semestral)	[6;8]	25%	7	100%	●	6,3%	6,3%	0,0%	Executado de acordo com o planeado	Elaboração de Relatórios de cada Missão do pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal
			DAEFP.ID.02	Nº de reuniões organizadas	[29;35]	25%	74	211%	●	6,3%	6,3%	7,0%	O número previsível de reuniões foi ultrapassado devido à missão de <i>Fact Finding Mission</i> que foi responsável por 25% do total das reuniões realizadas.	Organização e participação em reuniões com a Troika e com os ministérios/entidades relevantes no âmbito das missões de acompanhamento, bem como com estes últimos em termos de monitorização regular dos processos em curso.
			DAEFP.ID.03	Nº de reportes à Troika	[159;165]	25%	174	105%	●	6,3%	6,3%	0,3%	Executado de acordo com o planeado	Elaboração de reportes regulares (semanais/mensais/trim estrais/semestrais) de informação à Troika, de acordo com o <i>Agreement on Data Provision</i> , bem como com o progresso dos processos em curso



Execução das Atividades DAEFP 2015														
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução							Atividades
							Res.	Taxa Execução		Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)	
DAEFP.OO.02			DAEFP.ID.04	Nº de documentos técnicos produzidos	[29;35]	25%	78	223%	●	6,3%	6,3%	7,7%	Devido ao aumento imprevisível das reuniões organizadas verificou-se um número inesperado de documentos técnicos produzidos.	Elaboração de documentos de resumo das diversas reuniões com a Troika e com os diversos ministérios/entidades envolvidos
	Participar ativamente na coordenação e elaboração de instrumentos de política e formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	30%	DAEFP.ID.05	Nº de documentos de politica económica elaborados	[5;9]	35%	8	100%	●	10,5%	10,5%	0,0%	Executado de acordo com o planeado	Elaboração de contributos para o Documento de Estratégia Orçamental, Grandes Opções do Plano, Orçamento do Estado, Conta Geral do Estado, Plano Nacional de Reformas Elaborar documentos técnicos de suporte a decisões em matéria de politicas económico-financeiras
			DAEFP.ID.06	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão politica elaborados	[10;20]	35%	26	130%	●	10,5%	10,5%	3,2%	Foram elaborados mais documentos de análise económica do que o previsto	Elaboração de documentos de análise económica, de acordo com solicitações superiores. Elaboração de estudos e documentos de trabalho

Execução das Atividades DAEFP 2015														
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades	
							Res.	Taxa Execução		Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA		Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)
DAEFP.OO.03	Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)	10%	DAEFP.ID.07	Número de reuniões asseguradas	[35;45]	30%	68	151%	<div></div>	9,0%	9,0%	4,6%	Foram realizadas mais reuniões do que o previsto, nomeadamente mais 15 reuniões relativas ao Artigo IV do FMI	Preparar e participar em reuniões no âmbito da Troika, Grupo Endividamento, Grupo Condições Financeiras para a Internacionalização, Artigo IV do FMI, Agências rating e Banco de Portugal
			DAEFP.ID.08	Número de reuniões asseguradas	[13;17]	100%	15	100%	<div></div>	10,0%	10,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado	Preparar e representar o MF nas reuniões dos grupos de trabalho do CPE: OGWG, LIME, AWG, previsões económicas

Execução das Atividades DAEFP 2015														
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades	
							Res.	Taxa Execução		Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA		Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)
DAEFP.OO.04	Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	10%	DAEFP.ID.09	Número de reuniões asseguradas	[7;9]	100%	7	100%	●	10,0%	10,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado	Preparar reuniões da OCDE (Comité de Política Económica, Country Review, GT Nº1, GT Previsões Curto prazo)
DAEFP.OO.05	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	5%	DAEFP.ID.10	Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	[290;310]	100%	391	126%	●	5,0%	5,0%	1,3%	Passaram a ser produzidos mais alguns títulos não previstos no início do ano	Elaborar o BMEP, Síntese dos Indicadores Conjuntura, Indicadores Mensais de Conjuntura, Dossier Finanças Públicas, Notas sobre Comércio Externo, Previsões das Instituições, Empréstimos e Estimativa Trimestral e newsletters
DAEFP.OO.06	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	10%	DAEFP.ID.11	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;98,5%]	100%	97,9%	100,0%	●	10,0%	10,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado	

Execução das Atividades DAEFP 2015														
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades	
							Res.	Taxa Execução		Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA		Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)
DAEFP.OO.07	Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	5%	DAEFP.ID.12	Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	[60%;70% ]	100%	78%	111%	<div></div>	5,0%	5,0%	0,6%		Dar execução ao Plano de Formação
DAEFP.OO.08	Melhorar a projeção externa do GPEARl	5%	DAEFP.ID.13	Grau de satisfação dos utilizadores do DAEFP	[4,0;4,2]	100%	4,1	100%	<div></div>	5,0%	5,0%	0,0%	Taxa de resposta: 10% Universo: 195 Resultados Anteriores: 2014: 4,00 2013: 3,96 2012: 4,18	
Taxa de Execução Global											100,0%	24,6%		

## DMSC | DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E CONTENCIOSO

### Quadro 4. Atividades do Departamento de Mercados, Serviços e Contencioso

Áreas de Intervenção do DMSC
Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal
ECOFIN, Eurogrupo, , CEF, Eurogroup Working Group, CEF Alternates, <i>Task Force on Coordinated Action</i> , CPE, Conselho Europeu CIAE, CIPE, CNDH
Comité Serviços Financeiros da UE, Grupo Serviços Financeiros do Conselho da UE, Grupos de Peritos da Comissão Europeia (EGBPI, EGESC, EGMC, EGRFS, EGDMI, etc.), Comités de nível 2 (ESC, EBC, EIOPC, PC), Comité Serviços Financeiros da OCDE
Acompanhamento de iniciativas no âmbito dos mercados e serviços financeiros, nomeadamente quanto à supervisão e regulação de instituições financeiras, infraestruturas de mercado, mercados e instrumentos financeiros, gestores de ativos, serviços financeiros a retalho e pagamentos
Estratégia para o mercado único de bens e serviços, direito das sociedades, fiscalidade e questões aduaneiras, auxílios do Estado
Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, África Caraíbas e Pacífico, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente)
Contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot e Solvit, transposição ou aplicação de legislação na ordem interna, combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e exercício das atribuições de autoridade competente em matéria de medidas restritivas conjuntamente com o organismo designado do MNE, convenções, acordos e protocolos

Para o DMSC foram definidos, para 2015, seis objetivos que se traduziram em nove indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%, executando mais 6,8% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Cinco indicadores superados (56%);
- Quatro indicadores atingidos (44%);

Na tabela seguinte estão identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as meta, resultados e justificação dos desvios.

Execução das Atividades DMSC 2015														
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades	
							Res.	Taxa Execução		Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA		Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)
DMSC.OO.01	Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal	20%	DMSC.ID.01	Nº de reuniões organizadas	[29;31]	35%	34	110%	<div></div>	7,0%	7,0%	0,7%	Foram realizadas mais reuniões do que o previsto.	Organização de reuniões com a Troika e com os ministérios/entidades relevantes no âmbito das missões, bem como com estes últimos em termos de monitorização regular dos processos em curso.
			DMSC.ID.02	Nº de reportes à Troika	[119;121]	30%	120	100%	<div></div>	6,0%	6,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado	Elaboração de reportes regulares (semanais/mensais/trimestrais /semestrais) de informação à Troika, de acordo com o <i>Agreement on Data Provision</i> , bem como com o progresso dos processos em curso
			DMSC.ID.03	Nº de documentos técnicos produzidos	[29;31]	35%	49	158%	<div></div>	7,0%	7,0%	4,1%	Foram realizadas mais reuniões do que o previsto, exigindo a preparação de mais documentos técnicos de acompanhamento.	Elaboração de documentos de resumo das diversas reuniões com a Troika e com os diversos ministérios/entidades envolvidos
DMSC.OO.02	Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas	35%	DMSC.ID.04	Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[60;80]	40%	82	103%	<div></div>	14,0%	14,0%	0,3%	Foram realizadas mais duas reuniões do que o previsto.	Preparar reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, CEF, EWG, CEF Alternates, TFCA, CPE, Conselho Europeu e briefings às Embaixadas europeias em Lisboa
														Preparar e/ou representar o MF nas reuniões da CIAE e da CIPE

Execução das Atividades DMSC 2015													
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades
							Res.	Taxa Execução	Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA	Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)	
	Europeias (Mercado Interno, Política Legislativa Europeia, Política Externa Europeia)		DMSC.ID.05	Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[231;271]	60%	241	100%	●	21,0%	21,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado
													Preparar e/ou representar o MF em reuniões de Grupos de Trabalho e Comitês da UE na área financeira (Comité Serviços Financeiros, Grupo Serviços Financeiros, grupos de peritos e comités da Comissão Europeia, workshops de transposição, etc)
													Preparar e/ou representar o MF em reuniões internacionais (ASEM, OMC, TJUE, etc.)
		5%	DMSC.ID.06	Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[1;3]	100%							Preparar e/ou representar o MF em reuniões nacionais (CNDH, reuniões de coordenação MNE e outros Ministérios, outras reuniões MF, GT GAFI e GT Medidas Restritivas, etc.)
							2	100%	●	5,0%	5,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado
DMSC.OO.03	Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	5%	DMSC.ID.06	Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[1;3]	100%	2	100%	●	5,0%	5,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado
													Preparar reuniões da OCDE (Comité Mercados Financeiros)

Execução das Atividades DMSC 2015													
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades
							Res.	Taxa Execução	Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA	Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)	
DMSC.00.04	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	30%	DMSC.ID.07	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;98,5%]	100%	97,9%	100,0%	●	30,0%	30,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado.
													Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito do Mercado Interno Europeu (estratégia para o mercado único de bens e serviços, mercados e serviços financeiros, direito das sociedades, mercados públicos, fiscalidade, questões aduaneiras, auxílios do Estado, etc.)
													Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Política Externa Europeia (Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, ACP, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente), etc.)
													Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Política Legislativa Europeia (contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot e Solvit, transposição ou aplicação da legislação da UE na ordem jurídica interna, combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e exercício das atribuições de autoridade



Execução das Atividades DMSC 2015													
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades
							Res.	Taxa Execução	Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA	Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)	
DMSC.00.05	Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	5%	DMSC.ID.08	% de colaboradores que frequentam ações de formação	[60%;70%]	100%							competente em matéria de medidas restritivas conjuntamente com o organismo designado do MNE, convenções, acordos e protocolos, etc.)
													Outros trabalhos (Balanço de PT na UE, etc.)
DMSC.00.05	Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	5%	DMSC.ID.08	% de colaboradores que frequentam ações de formação	[60%;70%]	100%	92%	132%	●	5,0%	5,0%	1,6%	Foi possível incluir nos trabalhos quotidianos do departamento a participação em formações, conferências e workshops relacionadas com os temas da responsabilidade do departamento.
DMSC.00.06	Melhorar a projeção externa do GPEARi	5%	DMSC.ID.09	Grau de satisfação dos utilizadores do DMSC	[4,0;4,2]	100%	4	102%	●	5,0%	5,0%	0,1%	Taxa de resposta: 19% Universo: 156 Resultados Anteriores: 2014: 4,00 2013: 3,96 2012: 4,18
Taxa de Execução Global										100,0%	6,8%		

## DPE | DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EUROPEIA

### Quadro 5. Atividades do Departamento de Política Económica

Áreas de Intervenção do DPE
Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal
Conselho ECOFIN, Eurogrupo, CEF, Eurogroup Working Group, CEF Alternates, SCIMF, Comité de Política Económica, Conselho Europeu; OCDE
Questões Económico-Financeiras, a nível da política europeia: operacionalização dos requisitos estabelecidos pela nova legislação Europeia - Six-Pack, Two-Pack e Tratado Orçamental; Semestre Europeu, Procedimento por Desequilíbrios Excessivos e Programas de Parceria Económica; Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento: Procedimentos de Défices Excessivos
Acompanhamento da atividade das Instituições Financeiras Europeias: MEE, FEEF, BEI e CEB
Acompanhamento da atividade de Instituições Internacionais: Fundo Monetário Internacional e os processos conjuntos com o Banco de Portugal
Elaboração de contributos para Balanço da Participação de Portugal na União Europeia

Para o DPE foram definidos, para 2015, seis objetivos que se traduziram em oito indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%, executando mais 16,3% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Três indicadores superados (38%);
- Cinco indicadores atingidos (63%)

Na tabela seguinte estão identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as meta, resultados e justificação dos desvios.

Execução das Atividades DPE 2015														
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades	
							Resultado	Taxa Execução	Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA	Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)		
DPE.OO.01	Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal	20%	DPE.ID.01	Nº de reuniões organizadas	[29;31]	35%	30	100%	●	7,0%	7,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado	Organização de reuniões com a Troika e com os ministérios/entidades relevantes no âmbito das missões, bem como com estes últimos em termos de monitorização regular dos processos em curso.
			DPE.ID.02	Nº de reportes à Troika	[119;121]	30%	120	100%	●	6,0%	6,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado	Elaboração de reportes regulares (semanais/mensais/trimestrais/semestrais) de informação à Troika, de acordo com o <i>Agreement on Data Provision</i> , bem como com o progresso dos processos em curso
			DPE.ID.03	Nº de documentos técnicos produzidos	[29;31]	35%	46	148%	●	7,0%	7,0%	3,4%	Foram realizadas mais reuniões do que o previsto, exigindo a preparação de mais documentos técnicos de acompanhamento.	Elaboração de documentos de resumo das diversas reuniões com a Troika e com os diversos ministérios/entidades envolvidos
DPE.OO.02	Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas	40%	DPE.ID.04	Número de reuniões asseguradas	[113;123]	100%	156	127%	●	40,0%	40,0%	10,7%	O desvio no número de reuniões face ao programado prende-se com os trabalhos relativos ao debate e aprovação do 3.º Programa de Assistência Económica e Financeira à Grécia	Preparar reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, CEF, CEF Alternates, CPE, Conselho Europeu e Briefings às Embaixadas europeias em Lisboa Preparar e participar em reuniões de Grupos de Trabalho do CEF (SCMIF, etc)

Execução das Atividades DPE 2015													
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades
							Resultado	Taxa Execução	Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA	Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)	
DPE.OO.03	Europeias (Questões Económico-Financeiras)		DPE.ID.05										Preparar reuniões do CA e CG do BEI e do CA do CEB, MEE e FEEF
	Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	5%		Número de reuniões asseguradas	[1;3]	100%	1	100%	●	5,0%	5,0%	0,0%	Preparar e/ou representar o MF participar em reuniões nacionais (CIAE, etc.)
DPE.OO.04	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	25%	DPE.ID.06	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;98,5%]	100%	97,9%	100,0%	●	25,0%	25,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado
													Desenvolver trabalhos relativos à governance do FMI
													Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Estratégia Europa 2020
													Assegurar outros trabalhos relativos à gestão da relação institucional entre Portugal e o BEI e o CEB
													Outros trabalhos (Balanço de PT na UE, Questões relacionadas com o euro, etc)
													Responder a questionários OCDE sobre temas específicos e desenvolver outros trabalhos
													Outros pedidos

Execução das Atividades DPE 2015														
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução							Atividades
							Resultado	Taxa Execução	Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA	Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)		
DPE.OO.05	Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	5%	DPE.ID.07	% de colaboradores que frequentam ações de formação	[60%;70%]	100%	100%	143%	●	5,0%	5,0%	2,1%	Foi possível incluir nos trabalhos quotidianos do departamento a participação em formações, conferências e workshops relacionadas com os temas da responsabilidade do departamento.	Dar execução ao Plano de Formação
DPE.OO.06	Melhorar a projecção externa do GPEARl	5%	DPE.ID.08	Grau de satisfação dos utilizadores do DPE	[4,0;4,2]	100%	4,0	100%	●	5,0%	5,0%	0,0%	Taxa de resposta: 12% Universo: 89 Resultados Anteriores: 2014: 4,00 2013: 3,96 2012: 4,18	
Taxa de Execução Global											100,0%	16,3%		

Quadro 6. Atividades do Departamento Cooperação e Instituições

Áreas de Intervenção do DCI
Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica de âmbito CPLP (PICAT Aduaneiro e PICAT IGF)
Cimeiras Bilaterais/ Encontros de alto nível
Instituições Financeiras Internacionais, designadamente os grupos do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Asiático de Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento
Corporação Andina de Fomento
Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento
Banco Europeu de Investimento - Mandato Externo (Mediterrâneo, Europa Oriental, Ásia e América Latina, África do Sul); Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e Parceira; Facilidade de Investimento para os países da África, Caraíbas e Pacífico)
Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Fundo Global para o Ambiente
Fundo Comum de Produtos de Base
Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe
Comissão de Acompanhamento do MAMMF
Facilidade de Investimento para a Vizinhança
Eficiência e Eficácia da Ajuda, Trust Fund bilaterais
African Management Services Company / African Training Management Service

No ano de 2015 para o DCI foram definidos sete objetivos que se traduziram em dez indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%**, tendo executado mais **6,7% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Seis indicadores superados (60%);
- Quatro indicadores atingidos (40%)

Na tabela seguinte estão identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as meta, resultados e justificação dos desvios.

Execução das Atividades DCI 2015														
ID	Objectivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)	Atividades
							Res.	Taxa Execução		Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA		
DCI.00.01	Assegurar a execução dos programas de cooperação e assistência técnica e outros acordos bilaterais	20%	DCI.ID.01	Grau de execução dos PICAT (%)	[85%;95%]	30%	100%	105%	●	6,0%	6,0%	0,3%	Foram executadas todas as ações previstas nos Programas.	Desenvolver ações no âmbito do papel de coordenador e financiador do PICAT Aduaneiro e o PICAT IGF
			DCI.ID.02	Nº de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	[4;6]	70%	6	100%	●	14,0%	14,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado	Desenvolvimento de trabalhos técnicos ao nível das Unidades de Acompanhamento Macroeconómico do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, em colaboração com o Banco de Portugal.
DCI.00.02	Nº de iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas no âmbito do mercado das multilaterais	20%	DCI.ID.03	Nº de iniciativas propostas pelo DCI que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas no âmbito do mercado das multilaterais financeiras	[1;3]	30%	2	100%	●	6,0%	6,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado	Elaborar propostas relativas a iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas.
			DCI.ID.04	Nº de seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais organizadas	[5;7]	70%	9	129%	●	14,0%	14,0%	4,0%	Foram realizadas mais duas ações de divulgação não prevista inicialmente	Organizar <i>Business Opportunities Seminars</i> e missões empresariais : BAfD, BASD, BM, BID, BERD, CAF Realizar reuniões no âmbito do MAMMF

Execução das Atividades DCI 2015														
ID	Objectivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades	
							Res.	Taxa Execução		Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA		Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)
DCI.00.03	Assegurar a preparação e/ou representação do MF nas reuniões das IFI e em reuniões bilaterais	25%	DCI.ID.05	Percentagem de reuniões multilaterais com representação assegurada	[80%;90%]	50%	90%	100%	●	12,5%	12,5%	0,0%	Executado de acordo com o planeado	Fortalecimento da rede de contactos nas IFI
			DCI.ID.06	Percentagem de reuniões bilaterais com representação assegurada	[80%;90%]	50%	100%	111%	●	12,5%	12,5%	1,4%	Foi possível assegurar a totalidade das reuniões de âmbito bilateral.	Preparar e participar em reuniões multi laterais: Reuniões Anuais, de Constituição, do CA, de Comitês, de Facilidades das seguintes IFIs: BAfD, BASD, BM, BID, BERD, BEI, CAF, FIDA, CPE (Climáticas)
DCI.00.04	Assegurar a divulgação de informação relativa à atividade da área internacional	10%	DCI.ID.07	N.º de Newsletters publicadas	4	100%	4	100%	●	10,0%	10,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado	Preparar e participar de reuniões bilaterais: Cimeiras e reuniões de alto nível, reuniões técnicas com PALOP e países terceiros, reuniões nacionais de coordenação interministerial
DCI.00.05	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	15%	DCI.ID.08	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;98,5%]	100%	98,9%	100,5%	●	15,0%	15,0%	0,1%	Executado de acordo com o planeado	Elaborar a newsletter da área internacional do GPEARI



Execução das Atividades DCI 2015														
ID	Objectivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução							Atividades
							Res.	Taxa Execução		Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA	Justificação de Desvios (Positivos e Negativos)	
DCI.00.06	Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	5%	DCI.ID.09	% de colaboradores que frequentam ações de formação	[60%;70%]	100%	80%	114%	<div></div>	5,0%	5,0%	0,7%	Executado de acordo com o planeado	Executar o Plano de Formação
DCI.00.07	Melhorar a projeção externa do GPEARl	5%	DCI.ID.10	Grau de satisfação dos utilizadores do DCI	[4,0;4,2]	100%	4,34	103%	<div></div>	5,0%	5,0%	0,2%	Taxa de resposta: 18% Universo: 92 Resultados Anteriores: 2014: 4,10 2013: 3,97 2012: 4,31	
Taxa de Execução Global											100,0%	6,7%		

## DPG | DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO

### Quadro 7. Atividades do Departamento de Planeamento e Gestão

#### Áreas de Intervenção do DPG

Criação e difusão de instrumentos de planeamento, programação financeira e de avaliação de políticas e programas do Ministério das Finanças

Monitorização e avaliação de políticas públicas e programas do MF

Avaliação do Desempenho dos Organismos do Ministério das Finanças

Participação no Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços e Grupo de Trabalho do CCAS

Coordenação do processo de planeamento do GPEARi

Coordenação no MF da Política para a Igualdade de Género

Monitorização e acompanhamento do Programa “Pagar a Tempo e Horas”

Gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, em articulação com a Secretaria-Geral, no âmbito dos serviços centralizados




Gestão das Tecnologias de Informação e Comunicação, parque informático e Sistema de Gestão Documental


Para o ano de 2015 a DPG comprometeu-se com nove objetivos que se traduziram em onze indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%**, tendo executado mais **20,2% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Cinco indicadores superados (45%);
- Seis indicadores atingidos (55%)

Na tabela seguinte estão identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as meta, resultados e justificação dos desvios.

Execução das Atividades DPG 2015													
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades
							Res.	Taxa Execução	Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA	Justificação de Desvios Negativos	
DPG.OO.01	Assegurar a implementação do SIADAP 1 nos Serviços do MF e fomentar a harmonização de metodologias e procedimentos entre os vários Ministérios	25%	DPG.ID.01	Nº de QUAR analisados/validados e monitorizações do QUAR 2015 dos serviços efetuadas	[8;12]	35%	12	100%	8,8%	8,8%	0,0%	Executado de acordo com o planeado. Foram analisados os QUAR relativos ao ano de 2015. Foram instruídos dois processos de revisão de QUAR, por solicitação dos organismos (SGMF e eSPap). Foram apresentados à tutela os relatórios de monitorização dos QUAR dos serviços do MF.	Apoiar a identificação dos indicadores do desempenho e os mecanismos de operacionalização dos parâmetros de avaliação - eficácia, eficiência e qualidade Validar os objetivos, indicadores e metas constantes dos QUAR dos serviços do MF Monitorizar a execução dos QUAR dos serviços do MF
			DPG.ID.02	Nº de pareceres com análise crítica das autoavaliações elaborados e Relatório de análise comparada	[8;12]	45%	10	100%	11,3%	11,3%	0,0%	Executado de acordo com o planeado.	Elaborar pareceres com análise crítica das autoavaliações constantes dos relatórios de atividades elaborados pelos serviços do MF Elaborar Relatório de Análise Comparada do desempenho de todos os serviços do ministério
			DPG.ID.03	Nº documentos técnicos elaborados e reuniões preparadas, no âmbito do GT CCAS	[1;3]	20%	1	100%	5,0%	5,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado.	Elaborar propostas de melhoria da aplicação do SIADAP 1 Preparar e presidir às reuniões do GT CCAS

Execução das Atividades DPG 2015														
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades	
							Res.	Taxa Execução	Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA	Justificação de Desvios Negativos		
DPG.OO.02	Coordenar o processo de planeamento do GPEARI	10%	DPG.ID.04	Nº documentos e relatórios elaborados	[4;6]	100%	5	100%		10,0%	10,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado.	Elaborar o QUAR, o Plano de Atividades e o Relatório de Atividades
														Monitorizar o QUAR e o Plano de Atividades
														Elaborar relatórios de análise da satisfação dos utilizadores e dos colaboradores
DPG.OO.03	Assegurar a coordenação da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	5%	DPG.ID.05	Nº documentos elaborados	[2;4]	100%	2	100%		5,0%	5,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado.	Elaborar relatórios de monitorização
														Coordenar a publicitação dos prazos médios de pagamento
DPG.OO.04	Assegurar a implementação da política de Igualdade de Género no MF	5%	DPG.ID.06	Nº de reuniões preparadas e documentos elaborados	[3;6]	100%	9	150%		5,0%	5,0%	2,5%	Foram realizadas mais reuniões do que as previstas, nomeadamente, as convocadas pela CIG (Reunião do Conselho Consultivo, duas reuniões da Secção Interministerial, reunião do GT V PNI e reunião Bilateral). Foram ainda realizadas reuniões para Implementação do Plano para a Igualdade de Género do MF com serviços do Ministério.	Participar nas reuniões do Conselho Consultivo da CIG, da Comissão interministerial da CIG e do Grupo de Trabalho do V PNI
														Coordenar a implementação do Plano para a Igualdade de Género do MF

Execução das Atividades DPG 2015													
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades
							Res.	Taxa Execução	Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA	Justificação de Desvios Negativos	
DPG.OO.05	Assegurar o apoio técnico e administrativo na área de recursos humanos, financeiros e aprovisionamento e património	25%	DPG.ID.07	Nº de processos	[450;550]	100%	894	163% 	25,0%	25,0%	15,6%	No âmbito da gestão dos processos de administração geral, a DPG foi responsável pelo acompanhamento de um maior número de processos do que inicialmente se previu, de acordo com histórico de anos anteriores. Assim, foram acompanhados os seguintes processos: (i) mais de 250 processos relativos a viagens ao estrangeiro por colaboradores e direção do GPEARI, (ii) mais de uma centena de processos de recursos humanos e ações de Formação Externa, (iii) cerca de 40 processos de Património, Instalações e recursos, (iv) perto de 200 pedidos de prestação de serviços, manutenção e assistência técnica, e (v) mais de 300 processo de protocolo de distribuição segura de documentação.	Executar processos na área de recursos humanos, financeiros e aprovisionamento e património

Execução das Atividades DPG 2015														
ID	Objetivos da Unidade Orgânica	Peso	ID	Indicadores	Meta 2015	Peso	Execução						Atividades	
							Res.	Taxa Execução		Peso relativo indicador	Taxa Execução PA	Taxa Execução Extra-PA		Justificação de Desvios Negativos
DPG.OO.06	Assegurar a resposta atempada a solicitações internas	10%	DPG.ID.08	Prazo médio de resposta do <i>helpdesk</i> (dias úteis)	[1,3;1,5]	100%	1,25	104%	<div></div>	10,0%	10,0%	0,4%	O número de pedidos baixou, bem como o grau de complexidade o que tem permitido uma resposta mais eficaz.	Responder a pedidos do <i>helpdesk</i> (informática, recursos humanos)
DPG.OO.07	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	10%	DPG.ID.09	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%; 98,5%]	100%	98%	100%	<div></div>	10,0%	10,0%	0,0%	Executado de acordo com o planeado.	Responder a pedidos externos (SIADAP 1, recursos humanos, recursos financeiros, aprovisionamento e património, informática).
DPG.OO.08	Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	5%	DPG.ID.10	% de colaboradores que frequentam ações de formação	[60%;70%]	100%	90%	129%	<div></div>	5,0%	5,0%	1,4%	Foram realizadas ações internas, às quais os colaboradores aderiram massivamente.	Dar execução ao Plano de Formação
DPG.OO.09	Melhorar a projecção externa do GPEARl	5%	DPG.ID.11	Grau de satisfação dos utilizadores do DPG	[4,0;4,2]	100%	4,36	104%	<div></div>	5,0%	5,0%	0,2%	Taxa de resposta: 39% Universo: 28 Resultados Anteriores: 2014: 4,39 2013: 4,32 2012: 4,06	Elaborar, aplicar e tratar questionários
Taxa de Execução Global											100,0%	20,2%		

## II.7. RECURSOS HUMANOS

No mapa de pessoal para 2015 estavam previstos 73 lugares<sup>4</sup>, tendo o GPEARi a 31 de dezembro 55 colaboradores em funções, onde se inclui o pessoal em regime de mobilidade (dois técnicos superiores, um assistente técnico e um assistente operacional) e o pessoal em cedência de interesse público (quatro técnicos superiores)<sup>5</sup>.

Os lugares previstos e ocupados no mapa de pessoal estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 8. Mapa de pessoal para 2015 – lugares previstos e ocupados

DESIGNAÇÃO	Lugares Previstos	Colaboradores a 31 de dezembro	Taxa de Execução
Dirigentes - Direção superior	3	3	100%
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	18	12	66,7%
Técnico Superior Especialista em orçamento e Finanças Públicas	41	29	70,7%
Técnico Superior	3	3	100%
Coordenador Técnico	1	1	100%
Técnico de Informática	4	3	75%
Assistente Técnico	3	3	100%
Assistente Operacional	0	1	-
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>55</b>	<b>75,3%</b>

As dificuldades de recrutamento no universo da administração pública de técnicos especializados nas atividades e competências cometidas ao GPEARi, agravados pelas limitações legais existentes no que diz respeito à contratação de pessoal para a Administração Pública e à nova carreira especial dificultaram bastante o preenchimento dos lugares por ocupar.

Em termos de indicadores gerais, o pessoal em exercício de funções no GPEARi, em 2015, apresentava a seguinte caracterização:

- Média etária relativamente baixa: 43 anos, igual à registada em 2014 e ligeiramente inferior à de 2013;

<sup>4</sup> No início do ano apenas estavam previstos 59 lugares para o GPEARi. A nova orgânica aprovada durante o ano de 2015 exigiu a revisão do mapa de pessoal para um total de 73 lugares.

<sup>5</sup> O pessoal em regime de mobilidade e em cedência de interesse público não ocupa lugar no mapa de pessoal.

- Género: existe uma distribuição equitativa entre homens e mulheres nos vários grupos profissionais (a taxa de feminização é de 55%). No grupo dos dirigentes intermédios existe uma clara primazia de mulheres. Os dirigentes superiores são todos de género masculino.
- Elevada taxa de habilitação superior: 89% dos trabalhadores do GPEARi possuíam habilitações académicas de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), consideravelmente superior à média da Administração Central (cuja valor para 2015 era 56,1%, segundo o Boletim do Observatório do Emprego Público de outubro de 2015). A maior parte dos colaboradores do GPEARi são técnicos superiores (Índice de tecnicidade de 58%);
- Absentismo reduzido: em 2015, a taxa de absentismo (excluindo ausências por motivo de férias) foi de 1%, sendo reflexo quase em exclusivo de licenças parentais.
- Encargos com pessoal: as despesas com pessoal ascenderam a M€ 1,94, representando um aumento relativamente aos encargos em 2014 (M€ 1,59), reflexo do crescimento da estrutura do Gabinete.
- Avaliação: em matéria de SIADAP 2 e 3 foi aplicado o disposto na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sendo 2015-2016 o período a avaliar.
- Formação: em 2015 verificaram-se 189 participações em ações de formação num total de 1956,5 horas lecionadas. As áreas temáticas que merecem destaque, pelo número de participações que representam são a *Economia e Finanças* (53,4%), o *Desenvolvimento Organizacional* (23,8%) e *Direito Nacional e Comunitário* (16,4%).



## II.8. RECURSOS FINANCEIROS

O orçamento global aprovado para o ano 2015 ascendeu a M€ 2,99, o qual foi objeto de “cativações” em cumprimento das disposições constantes da Lei do Orçamento do Estado, pelo que o orçamento corrigido se fixou nos M€ 2,92, o que representou uma redução de 3% face ao orçamento inicialmente previsto (+2% no orçamento de funcionamento geral e -12% no orçamento da cooperação).

**Quadro 9. Recursos Financeiros em 2015**

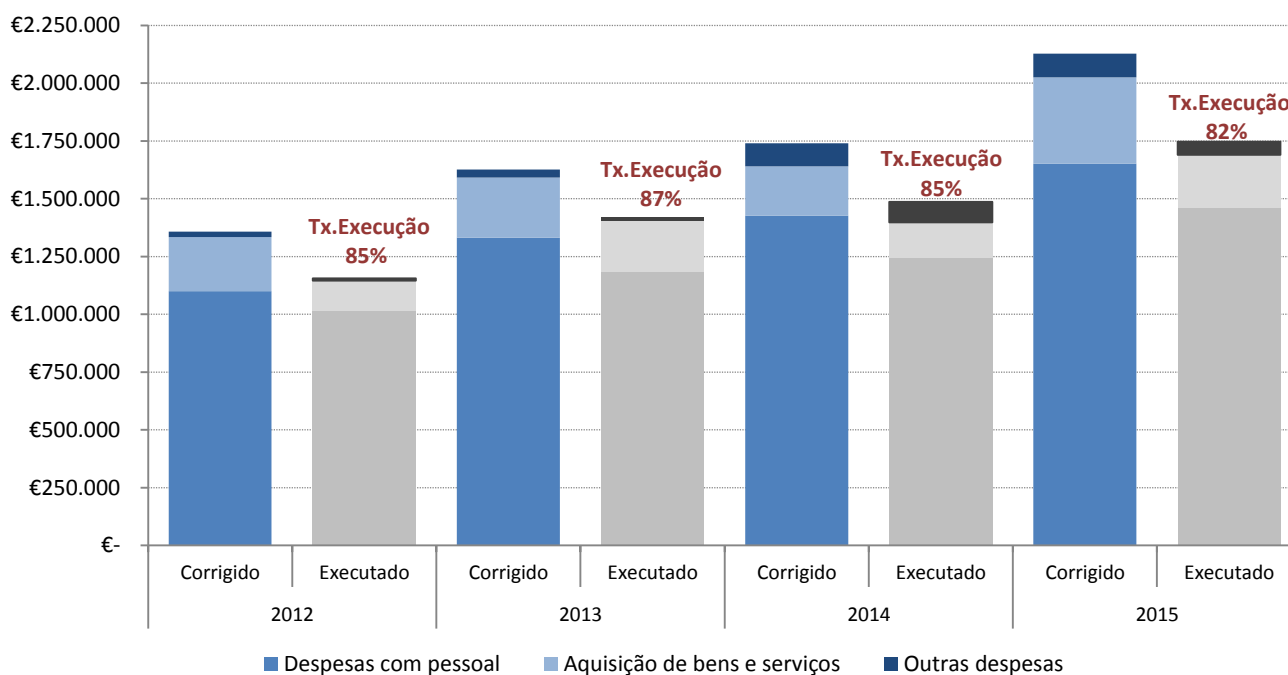
	Orçamento aprovado	Orçamento Corrigido	Execução	
Orçamento de Funcionamento - Geral	€ 2.091.237	€ 2.127.179	€ 1.746.159	82,1%
Orçamento de Funcionamento - Cooperação	€ 900.573	€ 788.191	€ 618.196	78,4%
<b>Total</b>	<b>€ 2.991.810</b>	<b>€ 2.915.370</b>	<b>€ 2.364.356</b>	<b>81,1%</b>

Relativamente ao orçamento de funcionamento, o executado ascendeu a M€1,75, salientando-se o peso das despesas com o pessoal (84%), seguido de aquisição de bens e serviços (13%) e Investimentos (3%).

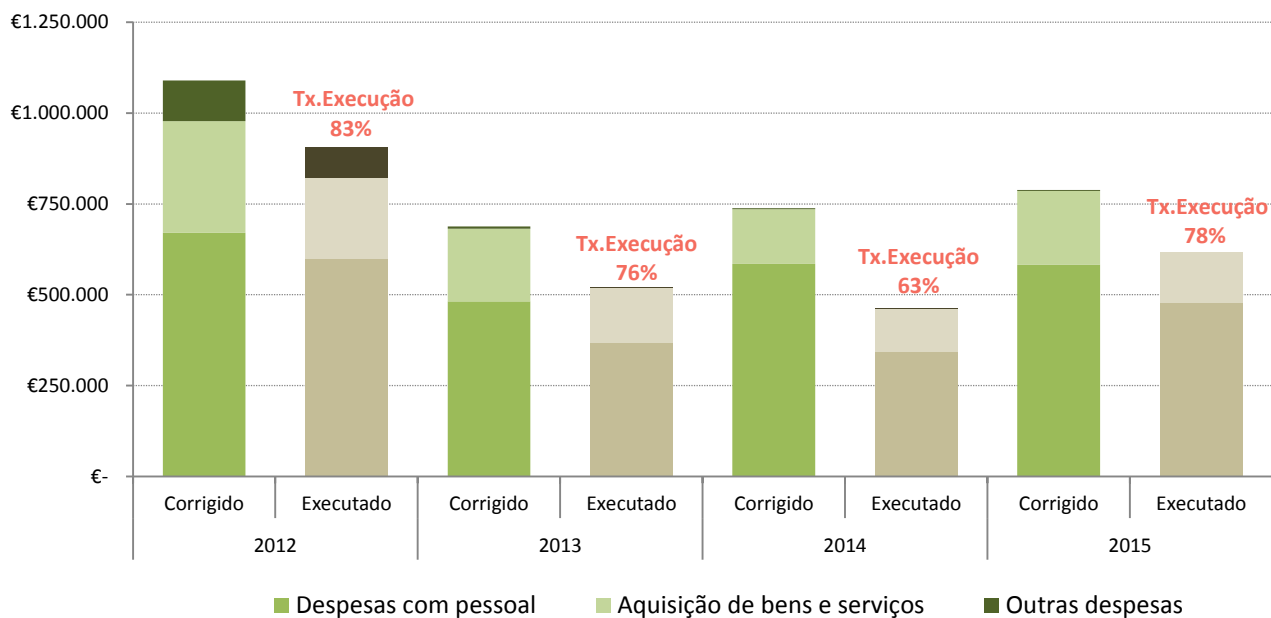
Do orçamento de cooperação, foram executados m€ 618, dos quais 78% relativos a despesas com o pessoal e 22% referentes à aquisição de bens e serviços.

As taxas de execução dos orçamentos de funcionamento geral e cooperação em 2015 foram de 82% e 78%, respetivamente, ligeiramente abaixo da execução de 2014 (85%) no caso do funcionamento geral, mas acima da execução de 2013 (63%) no caso da cooperação.

**Gráfico 8. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento Geral por rubricas**



**Gráfico 9. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento Cooperação por rubricas**



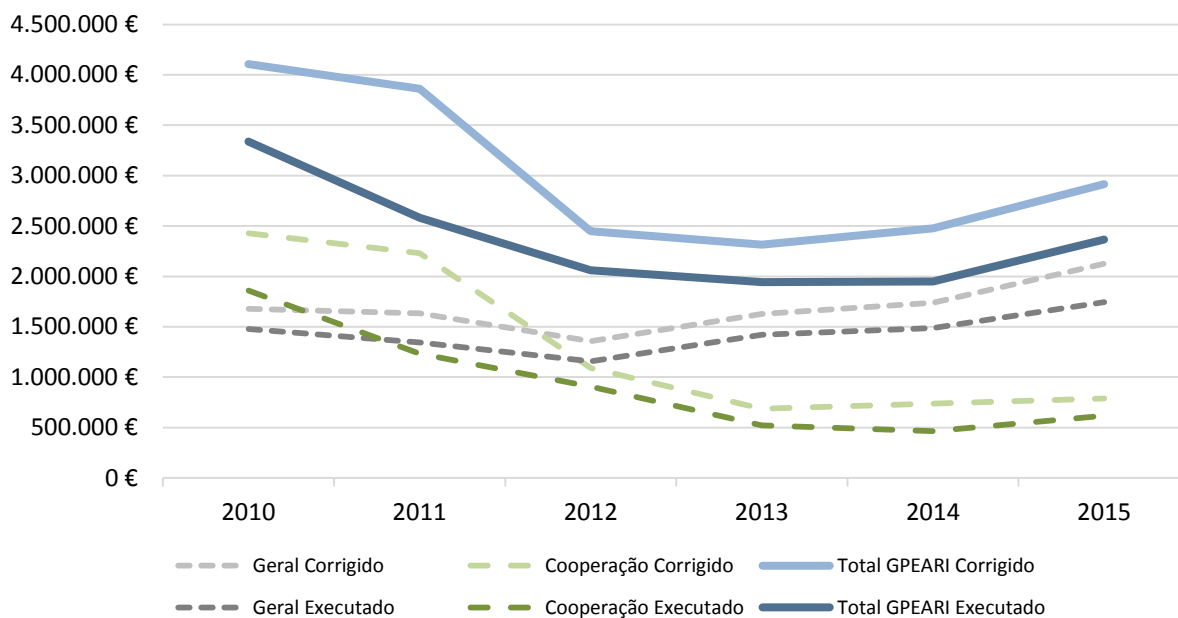
**Quadro 10. Evolução do Orçamento do GPEARl**

(Em euros)

	2012		2013		2014		2015	
	Corrigido	Executado	Corrigido	Executado	Corrigido	Executado	Corrigido	Executado
Funcionamento - Geral	1.357.616	1.155.489	1.626.600	1.419.756	1.739.677	1.486.555	2.127.179	1.746.159
Funcionamento - Cooperação	1.090.113	906.487	687.911	522.216	738.223	463.313	788.191	618.196
<b>TOTAL</b>	<b>2.447.729</b>	<b>2.061.976</b>	<b>2.314.511</b>	<b>1.941.972</b>	<b>2.477.900</b>	<b>1.949.868</b>	<b>2.915.370</b>	<b>2.364.355</b>

O Orçamento do GPEARl seguiu uma tendência decrescente nos últimos anos (-17% ao ano), tendo a maior quebra ocorrido de 2011 para 2012. A partir de 2013, iniciou-se uma tendência crescente, principalmente impulsionada pelo orçamento de funcionamento geral, sendo que em 2015 se registou um aumento de 18% face ao orçamento total do GPEARl de 2014.

**Gráfico 10. Evolução do Orçamento corrigido e executado do GPEARl**



## II.9. MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO

O GPEARi estabeleceu para o ano de 2015 um conjunto de oito objetivos operacionais que materializam a estratégia do Gabinete e traduzem as suas prioridades de atuação. Foram superados sete objetivos e atingido um.

O GPEARi alcançou um resultado global cerca de 9 p.p. acima do planeado (taxa de realização do QUAR de 108,8%, ligeiramente acima do resultado alcançado em 2014), o que reflete o esforço crescente do Gabinete na prossecução dos objetivos propostos, embora num contexto de grande exigência, designadamente pelas novas atribuições que lhe foram confiadas.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e atendendo aos resultados apresentados propõe-se que **a menção a atribuir como resultado da autoavaliação do desempenho seja de “Desempenho Bom”.**

### III. PERSPETIVA DE GÉNERO

A Resolução de Conselho de Ministros nº 103/2013, de 31 de Dezembro, aprovou o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017. Este documento representa o compromisso do Governo com a definição e execução de políticas públicas que promovam a cidadania, a igualdade de género e a não discriminação em função da orientação sexual.

Ao longo de 2015, o GPEARI coordenou e participou na execução das oito medidas previstas no Plano para a Igualdade do MF, cinco das quais com correspondência direta com medidas previstas no V PNI.

Destaca-se, no âmbito da Medida 7 do V PNI – *Assegurar, a nível institucional, a adoção de uma política comunicacional não discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género no MF*, a introdução de linguagem inclusiva nos modelos de documentos (17), no âmbito do sistema de gestão documental e também na página web do GPEARI.

#### IV. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, no seu artigo 40º veio impor a obrigatoriedade de integrar nos planos e relatórios de atividades anuais um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa a desenvolver, nomeadamente relativas à desburocratização, qualidade e inovação, bem como de avaliar a sua aplicação em cada ano e a previsão das poupanças associadas a tais medidas.

O GPEARi tem vindo a desenvolver esforços neste âmbito, no sentido da adoção de novas funcionalidades ao nível do planeamento e da gestão documental, designadamente, na implementação do sistema de gestão documental que vem permitindo a desmaterialização de alguns procedimentos, garantindo a rastreabilidade da documentação.

## ANEXOS

## A1. LISTA DE ACRÓNIMOS

ACC	Acordo de Cooperação Económica e Cambial
ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
aicep Portugal Global	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ASEM	<i>Asia-Europe Meeting</i>
AWG	Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento da População
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAsD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BCE	Banco Central Europeu
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BID	Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BMEP	Boletim Mensal de Economia Portuguesa
CA	Conselho de Administração
CAF	Corporação Andina de Fomento
CCAS	Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CG	Conselho de Governadores
CIAE	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CNDH	Comissão Nacional de Direitos Humanos
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBC	European Banking Committee
ECOFIN	Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EGBPI	Commission Expert Group on Banking, Payments and Insurance
EGDMI	Commission Expert Group on Derivatives and Market Infrastructure
EGESC	Commission Expert Group of the European Securities Committee
EGMC	Commission Expert Group on Mortgage Credit
EGRFS	Expert Group on Retail Financial
EIOPC	European Insurance and Occupational Pensions Committee
ESC	European Securities Committee
eSPap	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
EWG	Eurogroup Working Group



FEEF	Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAFI	Grupo de Acção Financeira Internacional
GT	Grupo de trabalho
GT CS Saúde	Grupo de Trabalho da Conta Satélite da Saúde
GT FUESEN	Grupo de trabalho para a constituição de um ficheiro único de unidades estatísticas do Sistema Estatístico Nacional
IFC	Corporação Financeira Internacional
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
INE	Instituto Nacional de Estatística
LIME	<i>Lisbon Methodology Working Group</i>
MAMMF	Mecanismo de Acompanhamento do mercado das multilaterais financeiras
MEE	Mecanismo Europeu de Estabilidade
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAEF	Programa de Ajustamento Económica e Financeira
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PC	Payments Committee
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
PICAT	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica
PICATFin	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
PNI	Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
SCIMF	Sub-Committee on IMF Issues
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SOLVIT	Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
TFCA	Task Force on Coordinated Action
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
UE	União Europeia

## A2. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe departamento de auditoria interna.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Código de conduta do GPEARi, março 2010
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100%.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Em 2012: 43%. Em 2013: 53% Em 2014: 77% Em 2015: 89%
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		Por manifesta carência de pessoal.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?		X		Estão definidas mas não formalizadas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Embora não formalmente.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			As aplicações são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARi.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existência de <i>passwords</i> e de e certificados de segurança.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i> )?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

### A3. QUADRO SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL

#### QUADRO 1. Indicadores do Balanço Social

Indicador	Unid.	Descrição	2011			2012			2013			2014			2015		
			M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
Nível etário	anos	Soma das idades / Total de recursos humanos	37	46	46	46	44	44	46	42	44	45	42	43	41	45	43
Índice de envelhecimento	%	Número de recursos humanos com idade > 55 anos / Total de recursos humanos	12	35	35	35	15	18	35	13	22	32	8	19	20	7	13
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	-	-	-	-	-	59	-	-	59	-	-	56	-	-	55
Índice de tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	65	76	76	76	65	66	76	50	61	74	58	65	56	60	58
Índice de enquadramento	%	Número de dirigentes / Total de recursos humanos	12	6	6	6	23	18	6	38	24	11	29	21	28	27	27
Taxa de formação superior	%	(licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	76	82	82	82	88	84	82	88	85	89	92	91	88	90	89
Antiguidade média na função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública / Total de recursos humanos	12	21	21	21	15	16	21	14	17	19	15	17	16	14	15
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	47	29	29	29	19	18	29	50	41	42	17	28	28	23	25
Índice de saída	%	Número de saídas / Total de recursos humanos	29	35	35	35	27	20	35	58	49	26	17	21	4	10	7
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos)	3	2	2	2	4	3	2	3	3	0	9	6	0	2	1
Leque salarial	nº	Maior remuneração base / Menor remuneração base	4	3	3	3	4	6	3	4	5	4	3	3	8	4	6

#### A4. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2015

(EM EUROS)

FUNCIONAMENTO				INICIAL	DISPONÍVEL	EXECUTADO	SALDO
				(1)	(2)	(3)	(2)-(3)
010000	Despesas com pessoal			1724545	1650895	1462690	188205
010100			Remunerações certas e permanentes	1335394	1274744	1125065	149679
010103	00	00	Pessoal em funções	1048254	979670	868345	111325
010106	00	00	Pessoal contratado a termo		10000	8458	1542
010109	00	00	Pessoal em qualquer outra situação		84	84	0
010111	00	00	Representação	43069	43069	33917	9152
010112	00	00	Suplementos e prémios	14043	25408	20588	4820
010113	00	00	Subsídio de refeição	55278	53028	40736	12292
010114	SF	00	Subsídios de férias	174750	79375	77814	1561
010114	SN	00	Subsídios de Natal		84110	75124	8986
010200			Abonos variáveis ou eventuais	66000	56000	36040	19960
010202	00	00	Horas extraordinárias	1000	1000	0	1000
010204	00	00	Ajudas de custo	50000	50000	34395	15605
010212	A0	00	Abonos devidos pela cessação de relação jurídica		1645	1644	1
010213	A0	00	Outros suplementos e prémios	15000	3355	0	3355
010300			Segurança social	323151	320151	301585	18566
010302	00	00	Outros encargos com a saúde		1000	556	444
010303	00	00	Subsídio familiar a crianças e jovens	633	633	522	111
010304	00	00	Outras prestações familiares		3950	2893	1057
010305	A0	A0	Caixa Geral de Aposentações	173105	155558	146068	9490
010305	A0	B0	Segurança Social	126508	99008	93602	5406
010305	A0	C0	Segurança Social - Outras	22905	59502	57575	1927
010310	P0	00	Parentalidade		500	370	130
020000	Aquisição de bens e serviços			309119	374367	227777	146590
020100			Aquisição de bens	28032	27241	18234	9007
020102	00	00	Combustíveis e lubrificantes	14766	6210	4106	2104
020104	00	00	Limpeza e higiene		1295	906	389
020105	00	00	Alimentação - Refeições confeccionadas	1849	1572	713	859
020108	00	00	Material de escritório	6313	12933	8772	4161
020114	00	00	Outro material - peças	617	1024	0	1024
020118	00	00	Livros e documentação Técnica		966	966	0
020121	00	00	Outros bens	4487	3241	2772	469
020200			Aquisição de serviços	281087	347126	209543	137583
020202	00	00	Limpeza e Higiene	2527	1148	50	1098
020203	00	00	Conservação de bens	20775	32599	24642	7957
020206	00	00	Locação de materiais de transportes	10027	7523	5606	1917
020208	00	00	Locação de outros bens	30262	23594	20273	3321
020209	B0	00	Comunicações fixas de dados	1208	1027	0	1027
020209	C0	00	Comunicações fixas de voz	12832	4127	1228	2899

FUNCIONAMENTO				INICIAL	DISPONÍVEL	EXECUTADO	SALDO
				(1)	(2)	(3)	(2)-(3)
020209	D0	00	Comunicações móveis	4561	8377	4326	4051
020209	D0	09	Comunicações móveis - AF		280	279	1
020209	F0	00	Outros serviços de comunicações	502	427	348	79
020210	00	00	Transportes	4000	13400	1743	11657
020211	00	00	Representação dos serviços	3082	4620	3551	1069
020212	A0	00	Estágios profissionais na AP		148	0	148
020212	B0	00	Seguros - outros	543	457	336	121
020213	00	00	Deslocações e estadas	115900	164410	100341	64069
020214	B0	00	Estudos, projetos e consultoria - Outros		39156	18450	20706
020215	B0	00	Formação - outras	38012	34810	26011	8799
020219	A0	00	Assistência técnica - Hardware	214	682	25	657
020219	B0	00	Assistência técnica - Software	12848	1655	5	1650
020219	C0	00	Assistência técnica - Outros	1479	0	0	0
020220	B0	00	Serviços de natureza informática	20122	4162	0	4162
020220	B0	00	Pagamentos à eSPap	1892	1608	0	1608
020225	B0	00	Preparação e custas judiciais DL 224-A/96		1020	1020	0
020225	E0	01	Outros serviços	301	1896	1307	589
030600	Juros e outros encargos			0	5	5	0
030601	00	00	Outros encargos financeiros		5	5	0
040800	Famílias			0	8301	443	7858
040802	A0	00	Estágios profissionais na AP		8301	443	7858
070100	Investimentos			57573	93611	55243	38368
070103	A0	B0	Conservação ou reparação		21793	10517	11276
070107	A0	B0	Equipamento de informática - outros	32514	37850	31104	6746
070108	A0	B0	Software informático - outros		3070	3050	20
070109	A0	B0	Equipamento administrativo - outros		24750	10572	14178
070110	A0	B0	Equipamento básico - outros	25059	6148	0	6148
TOTAIS				2091237	2127179	1746159	381020

COOPERAÇÃO				INICIAL	DISPONÍVEL	EXECUTADO	SALDO
				(1)	(2)	(3)	(2)-(3)
010000	Despesas com pessoal			678148	581898	479386	102512
010100			Remunerações certas e permanentes	475556	431306	358843	72463
010103	00	00	Pessoal em funções	384158	328667	274068	54599
010109	00	00	Pessoal em qualquer outra situação		6538	6538	0
010111	00	00	Representação	13936	13936	7893	6043
010112	00	00	Suplementos e prémios	0	13453	9108	4345
010113	00	00	Subsídio de refeição	13434	13184	11968	1216
010114	SF	00	Subsídios de férias	64028	27014	25092	1922
010114	SN	00	Subsídios de Natal		28514	24177	4337
010200			Abonos variáveis ou eventuais	92838	50838	31584	19254
010204	00	00	Ajudas de custo	49673	37673	23532	14141
010212	00	00	Abonos devidos pela cessação de relação jurídica		2133	2132	1
010213	A0	00	Outros suplementos e prémios	43165	11032	5920	5112
010300			Segurança social	109754	99754	88959	10795
010302	00	00	Outros encargos com a saúde		1000	199	801
010304	00	00	Outras prestações familiares		1350	890	460
010305	A0	A0	Caixa Geral de Aposentações	54375	56898	55904	994
010305	A0	B0	Segurança Social	55379	23144	19048	4096
010305	A0	C0	Segurança Social - Outras		16362	12751	3611
010310	P0	00	Parentalidade		1000	166	834
020000	Aquisição de bens e serviços			200483	204351	138809	65542
020200			Aquisição de serviços	200483	204351	138809	65542
020203	00	00	Conservação de bens	2450	0	0	0
020210	00	00	Transportes	10770	1988	0	1988
020211	00	00	Representação dos serviços	1500	1275	0	1275
020212	B0	00	Seguros - outros	2000	1700	0	1700
020213	00	00	Deslocações e estadas	156365	183500	135253	48247
020215	B0	00	Formação - outras	7000	5950	2339	3611
020220	C0	00	Pagamentos à eSPap	4000	0	0	0
020225	E0	00	Outros serviços	16398	9938	1217	8721
050800	Subsídios			1942	1942	0	1942
050803	00	00	Famílias - outras	1942	1942	0	1942
070100	Investimentos			20000	0	0	0
070107	A0	A0	Hardware de comunicações - outros	20000	0	0	0
TOTAIS				900573	788191	618195	169996